



Anais da Assembléia

Nº 160

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 05 DE DEZEMBRO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 153ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 1979
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Aguinaldo Pereira Lima.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa acaba de receber, de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Mensagem n.º 180/79.

Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura da Mensagem Governamental.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê):

MENSAGEM N.º 180/79

Curitiba, 05 de dezembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, para, nos termos do § 1.º, alínea b, do art. 15, da Constituição Estadual, convocar essa augusta Assembléia Legislativa a reunir-se, extraordinariamente, de 06 a 30 do corrente mês, para o fim especial de apreciar as seguintes matérias de relevante interesse público:

I — Adaptação do atual Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado à Lei Complementar Federal n.º 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), alterada pela de n.º 37, de 13 de novembro de 1979, cujo anteprojeto de lei foi encaminhado a essa augusta Casa através da Mensagem n.º 170, de 26/11/79;

II — Adequação do artigo 8.º, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, modificado pela Lei n.º 6.859, de 28/12/78, ao disposto na Resolução n.º 129/79, de 28/11/79, do Senado Federal, que altera os atuais níveis das alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM, cujo anteprojeto de lei foi encaminhado a essa augusta Casa de Leis anexo à Mensagem n.º 176/79, de 30 de novembro de 1979;

III — Revogação do parágrafo único do artigo 142, da Lei

n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, introduzido pela Lei n.º 6.762, de 23/12/75 e alterado pela de n.º 7.071, de 28/12/78, cujo anteprojeto de Lei foi encaminhado a essa augusta Assembléia Legislativa através da Mensagem n.º 94/79, de 17/08/79; e

IV — Criação, na Procuradoria da Justiça, de cargos de Procurador da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, conforme anteprojeto de lei encaminhado a essa Casa com a Mensagem n.º 152/79, de 22/11/79.

V — Referendo a convênios celebrados pelo Poder Executivo, cujas Mensagens encontram-se em tramitação nessa Casa de Leis.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

(O Sr. 1.º Secretário procede à leitura dos demais expedientes).

MENSAGEM N.º 152/79

Curitiba, 22 de novembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 13 (treze) cargos de Procurador da Justiça.

A medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses públicos eis que, aumentando o número de Procuradores da Justiça, virá dotar o Ministério Público de Segunda Instância das necessárias condições com vistas ao pleno desempenho de suas atribuições.

Com o advento do novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em 1.º de janeiro de 1974, o Ministério Público teve suas atribuições consideravelmente ampliadas, passando a intervir não só naquelas causas em que tradicionalmente atuava (causas criminais, de incapazes, pátrio poder, mandados e segurança e outras), como, também, em todas aquelas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte. Daí a participação do Ministério nas causas em que o Estado do Paraná e seus órgãos da Administração Indireta, forem autores, réus, assistentes, oponentes ou por qualquer forma interessados.

Tal sobrecarga de atribuições e os problemas que dela poderão resultar, serão plenamente superados com a proposta criação de novos cargos de Procurador da Justiça, que somados aos já existentes, completarão o número imprescindível para o atendimento dos serviços do Ministério Público junto às Câmaras que compõem o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Alçada, representando, em última análise a compatibilização da Procuradoria da Justiça com a realidade forense do Estado, colimando o fiel desempenho de suas atribuições legais.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam criados, na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 13 (treze) cargos de Procurador da Justiça, que serão preenchidos na forma da lei.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta lei correrão à conta da dotação própria, consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento do Tenente ARTHUR GERKE, ocorrido em nossa Capital.

Requer, outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada, residente à Rua Paulo Martins, nesta cidade.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. TANCREDO BENGHI, ocorrido no último dia 30 de novembro, em Austin, Estados Unidos, onde se encontrava em tratamento de saúde.

O Dr. Tancredo Benghi, Engenheiro Civil, formado pela Universidade Federal do Paraná, turma de 1941, filho de Raphael Benghi e de Dona Gema Benghi, faleceu aos 62 anos de idade, deixando viúva a Sra. Amasília Benghi e os seguintes filhos: Iara, casa com o Dr. Luiz Roberto Soares, Secretário da Cultura e Esportes; Lina, casada com o Dr. Haroldo Busmester, Engenheiro Chefe do 4.º Distrito Rodoviário; Ivan, casado com Dona Cleide Costa Benghi e Tânia, casada com o industrial Domingos Forte Filho; deixa ainda, seis netos.

Ex-Prefeito Municipal de União da Vitória, ex-Chefe do Distrito do Departamento de Edificações com sede em União da Vitória, ex-Chefe do 4.º Distrito Rodoviário de União da Vitória, ex-Diretor Técnico e ex-Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem no Paraná.

Teve ainda, o Dr. Tancredo Benghi, destacada participação na vida social e comunitária, exercendo, entre outros, os cargos de Presidente do Orfanato Coração de Maria, até sua morte; ocupou ainda, a Presidência do Clube Concórdia, Presidência da Sociedade Hípica de União da Vitória e foi também Diretor do Aéreo Clube de União da Vitória.

O passamento do Dr. Tancredo Benghi, deixou enorme consternação no mundo político do Estado e na sociedade paranaense, enlutando uma das mais tradicionais famílias do Paraná, bem como a um expressivo número de amigos, que tinham na figura do ilustre Dr. Tancredo Benghi um exemplo a ser seguido, tanto pelo modo de vida, como pai de família, como homem público e, ainda, pela sua destacada participação nos programas sociais e assistenciais desenvolvido ao longo dos anos.

Outrossim, requerem ainda, dê-se ciência da decisão da Casa, à família enlutada, à Avenida Silva Jardim, 2.132, ap. 92, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1.979.

(aa) DOMÍCIO SCARAMELLA e
DENI SCHWARTZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LUIZ VAL, ocorrido no último dia primeiro de dezembro, na cidade de Londrina.

Luiz Val, paulista de Atibaia, era um dos pioneiros de Londrina, tendo chegado na Capital do Café no ano de 1934, ano de fundação de Londrina.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1.979.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação dos Projetos de Lei números 127 e 139/79, constantes da Ordem do Dia dos trabalhos da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1.979.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, sejam consignados na ata dos trabalhos legislativos da presente sessão, votos de efusivas congratulações e calorosos aplausos ao Tenente-Coronel LENIR GONÇALVES DA SILVA e ao Primeiro Tenente LÁZARO ANTÔNIO ELÍSIO, pela formação e implantação nesta Capital, da PATRULHA ESCOLAR DE SEGURANÇA DE TRÂNSITO, integrada por alunos do Primeiro e Segundo Graus de Ensino, que se prontificam a propiciar maior segurança nas áreas fronteiriças aos nossos prédios escolares.

Requeiro, ainda, sejam cientificados da decisão da Casa, o Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná e as personalidades acima referidas, solicitando ao Sr. Ten. Cel. Lenir Gonçalves da Silva, na qualidade de Comandante do Batalhão de Polícia de Trânsito, sejam estendidas as manifestações aos soldados, cabos, sargentos e sub-tenentes que atuam como monitores na equipe encarregada de formar os patrulheiros-mirins.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1.979.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Todos sabemos das qualidades que identificam o Tenente-Coronel Lenir Gonçalves da Silva, esse paranaense que, em 1974, ao lado de representantes de várias Polícias Militares do Brasil, em Porto Alegre, no Curso Superior de Polícia, conquistou para o Paraná a medalha TIRADENTES, honra máxima conferida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul àqueles que obtêm o primeiro lugar na Academia Policial-Militar da Brigada Militar, daquele Estado sulino.

Em março de 1977, o Ten-Cel Lenir assumiu o elevado cargo de Comandante do Batalhão de Polícia de Trânsito, o qual desempenha até a presente data. Tão logo se viu à frente desse importante órgão de policiamento, pôs desde logo em evidência seus predicados, nos confidenciado, àquela época, na qualidade de nosso aluno na Faculdade de Direito de Curitiba, que seu objetivo principal na direção daquele Batalhão Policial era tornar realidade a "EDUCAÇÃO PERMANENTE DE TRÂNSITO NAS ESCOLAS", através a materialização de "PATRULHAS ESCOLARES DE SEGURANÇA DE TRÂNSITO", pelas quais seria possível conscientizar alunos de Primeiro e Segundo Graus de ensino e, através deles atingir os adultos, pedestres e motoristas, para a prática segura de travessia de ruas, e respeito à sinalização.

Não só como professor do Ten. Cel. Lenir, na Faculdade de Direito de Curitiba, mas como homem interessado pelas coisas públicas, acompanhamos de perto tão nobre ideal, porquanto sabíamos das benéficas consequências que daí adviriam para a nossa comunidade.

Com efeito, não se passaram três meses de assumido aquele Comando, e já o Oficial em destaque reunia sob sua orientação uma equipe, especializando-a no trato com crianças e designando para chefia-la o 1.º Tenente Lázaro Antônio Elízio, brilhante Oficial formado pela Academia Policial Militar do Guatupê, em 1970, ao qual rendemos também os nossos votos de congratulações.

Reunidos estavam o Mentor e o Executor.

Os resultados não se fizeram esperar. Dois anos e oito meses são passados, e eis que temos uma nova feição no policiamento de trânsito de nossa Capital: policiais armados não com revólveres ou outros artefatos bélicos, mas sim, com a BOA VONTADE de transmitir conhecimentos, de formar jovens alertados e preparados para os problemas e perigos do trânsito.

Nesse curto espaço de tempo, em nossa Capital, cerca de 40.000 crianças, de nossas diversas escolas, foram devidamente instruídas pelos integrantes do Batalhão de Polícia de Trânsito da nossa Polícia Militar.

Setenta e um PATRULHEIROS-MIRINS, devidamente uniformizados e eficientemente instruídos, já se encontram na salutar prática de orientação ao tráfego em frente às nossas principais escolas, preservando a vida e a integridade física de seus colegas, ao mesmo tempo que se educam para o trânsito e conscientizam os adultos para os perigos resultantes da circulação de veículos auto-motores.

Mas, não ficam aí os efeitos dessa louvável iniciativa. Pela educação da criança, os pais, parentes e amigos foram imediatamente atingidos, alertados e conscientizados sobre tão aflitivo e momentoso problema que afeta as grandes cidades. Os alunos foram valorizados na sua qualidade de SER HUMANO, eis que, de imediato, sentiram-se úteis aos seus semelhantes ao prestar-lhes essa valiosa contribuição. Pais, parentes e amigos sentiram-se envaidecidos por saberem que esses pequeninos já servem nobremente à sociedade em que vivem.

Tal o mérito do empreendimento levado a efeito pelos Oficiais aqui distinguidos que, de imediato, encontrou nosso irrestrito e incondicional apoio; contou com os aplausos e adesão de esforços de União Cívica Feminina Paranaense, da Coordenadoria Comunitária de Prática Educativa de Trânsito, da Secretaria de Educação, da Secretaria de Segurança, dos pais de alunos e da própria comunidade. Foi objeto de destaque especial pela nossa imprensa e o próprio Governador do Estado, Excelentíssimo Sr. Ney Amintas de Barros Braga, externou o seu prestígio destacando os integrantes da Patrulha Escolar de Segurança de Trânsito para participação especial nas festividades alusivas ao "DIA DA BANDEIRA NACIONAL" e na recepção ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República quando da sua visita ao Palácio Iguaçu, no dia 29 de novembro próximo passado.

Sabemos todos que, nos dias atuais, os acidentes de trânsito ceifam mais vidas e produzem mais inválidos que as grandes guerras. Basta que se verifiquem os dados estatísticos. Daí o grande valor do feito ora em destaque, pois, preparando nossos jovens para enfrentar, com segurança, o "dia a dia" de nossas vias públicas, estaremos, sem dúvida, poupando vidas e lágrimas aos nossos concidadãos, ao mesmo tempo em que estaremos proporcionando a valorização desses patrulheiros-mirins como SERES HUMANOS que são.

Destaca-se aí, no nosso entender, a verdadeira integração POVO-POLÍCIA-ESTUDANTES, eis que esses componentes da sociedade se deram as mãos e firmaram passos em prol de tão nobre iniciativa, relevantemente social. Temos

certeza que, dentro em breve, à frente de todas as nossas escolas, contaremos com a presença dessas patrulhas, constituídas por nossos próprios filhos que, ao mesmo tempo em que aprendem regras de segurança, propiciam a conscientização de seus amiguinhos e mesmo dos adultos, pedestres e motoristas, para a problemática do trânsito.

É, pois, com especial enfoque que vejo e chamo a atenção de meus nobres Pares para os fatos aqui colocados em destaque e cujos objetivos podem ser assim resumidos:

1. — Educar a infância e a juventude para práticas seguras de travessia de ruas, para a responsabilidade de se tornarem, pela vivência, bons motoristas e bons pedestres;
2. — Sensibilizar e conscientizar a comunidade para a fiel observância das Leis e Regras de trânsito;
3. — Liberar policiais-militares para tarefas de maior ação em áreas específicas.

Pela importância desta medida, ofereço à consideração da Casa, o presente requerimento, na certeza de contar com o apoio dos nobres Pares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Engenheiro INGO HENRIQUE HUBERT, Mui Digno Diretor Presidente da SANEPAR, no sentido de que esse órgão providencie quanto à problemática do abastecimento de água potável no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1.979.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O atendimento ao presente solicitado, prende-se ao fato da apreensão da comunidade de Toledo, quanto às péssimas condições da água potável que é fornecida à cidade, não oferecendo segurança à saúde da população, razão porque, encarecemos as providências necessárias que é cabida ao fato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. ALCENI ÂNGELO GUERRA, Mui Digno Superintendente Regional do INAMPS, a fim de solicitar seja um Hospital do Distrito de SÃO JOSÉ, credenciado pelo INAMPS.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1979.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de São José, no Município de Santa Helena, é o mais populoso do município, e com uma faixa de pessoas muito carentes, além de abranger o Distrito de São Clemente, além disso viria atender aos contribuintes da própria sede, bem como a se considerar as facilidades de acesso pela via asfaltada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Diretor-Presidente da SANEPAR, Dr. INGO HENRIQUE HUBERT, solicitando medidas urgentes, visando a normalização no fornecimento de água potável na cidade de Toledo, bem como melhorias sensíveis e imediatas no tocante à qualidade de água distribuída à população toledana, porquanto, atualmente, esta mesma água é de péssima qualidade.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

Objetiva este requerimento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, conscientizar a alta direção da SANEPAR sobre o grave problema porque vem passando a população de Toledo, no que se refere à qualidade da água potável fornecida, atualmente, pela SANEPAR, àquele povo.

A população é unânime em seus reclamos, e há um consenso de que, atualmente, é quase impossível ingerir o precioso líquido, tamanho é o mau cheiro e a má qualidade apresentados.

Sempre se soube, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os serviços de abastecimento de água potável a uma comunidade constituem-se em instrumento básico no processo de salvaguarda da saúde de um povo. Não pode este mesmo povo ter uma perfeita saúde, quando a água que lhe é fornecida - por um preço não muito modesto, diga-se de passagem - não oferece as mínimas condições nem tampouco segurança para a normalidade de suas funções orgânicas.

Por outro lado, este requerimento tem, também, como um de seus objetivos, solicitar ao Sr. Diretor-Presidente da SANEPAR, para que estude a viabilidade - depois de melhorada a qualidade da água, de se estender esse atendimento à população dos bairros daquela cidade, carentes desse tipo de serviço e, indo mais além, que se estude também a possibilidade de se levar até os distritos daquele município os serviços da SANEPAR, o que viria, em muito, beneficiar aquele povo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando providências quanto a ligações interurbanas via telefonista.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1.979.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras vezes o usuário de telefones paga em sua conta mensal, telefonemas os quais não fez durante o mês, telefonemas esses efetuados através de telefonista. Acontece, Sr. Presidente, que quem solicita a chamada telefônica através da telefonista, informa o número de seu telefone, e esta, sem confirmar a veracidade do seu telefone, liga imediatamente, podendo então o usuário informar o número de outro telefone, que vai evidentemente pagar a conta da referida ligação no final do mês, ligação essa que o mesmo não fez.

Daí a presente solicitação, que as telefonistas, antes de completarem a ligação, confirmem com novo chamado se o telefone é realmente do usuário que solicitou, para que não se transforme num abuso constante o que ora está ocorrendo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de apelo ao Excelentíssimo Sr. Governador, no sentido de ser enviado a esta Casa, Mensagem regulamentando a aposentadoria dos Serventuários da Justiça, pretensão que se vem arrastando por longo tempo, deixando os serventuários em dificuldade, alguns com aposentadoria inferior ao salário mínimo.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1.979.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. João Baptista Figueiredo, Digníssimo Presidente da República, e Eliseu Rezende, Digníssimo Ministro dos Transportes, sugerindo-lhes seja atualizado o Código Nacional de Trânsito, quanto ao critério de distribuição de peso por eixo dos veículos transportadores de cargas.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Através do trabalho elaborado pela Associação Comercial e Industrial de Cascavel, tomamos conhecimento do grave problema que aflige, não só os transportadores de carga da região Oeste do Paraná, como também o escoamento de sua produção agrícola.

É o antigo problema gerado pela rigidez do Art. 82 do Decreto 62.127, de 16/01/68, alterado pelo Decreto 82.925, de 21/12/78, conhecido como "Lei da Balança".

Segundo expediente que recebemos da Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná, a desatualização das normas que regem a distribuição das cargas por eixo, vem gerando discriminação e arbitrariedades.

A solução, segundo os reclamos gerais, é a imediata revisão do Decreto 62.127/68, ainda que se mantenha o disposto no Decreto-Lei 82.925/78, a fim de que se permita um aumento de vinte por cento no limite de peso por eixo no transporte rodoviário de cargas.

A explanação e gráficos anexos virão ilustrar com grande propriedade a justa reivindicação àquelas autoridades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do artigo "Inimigo de Si Próprio", de autoria de Inaldo Lepsch e publicado no Jornal "O Comércio", de Porto União da Vitória.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao autor e ao jornal que publicou a matéria.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1.979.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

O artigo em questão, preconizando o fortalecimento do Poder Legislativo, é de rara oportunidade e reflete bem, no seu título, a auto-destruição deste Poder, com as piores consequências aos interesses do povo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 201/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná a Sua Excelência Reverendíssima Dom JOSÉ MARIA MAIMONE, Bispo Diocesano de Umuarama.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI

ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que se pretende prestar ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom José Maria Maimone, Bispo Diocesano de Umuarama, concedendo-lhe o título de cidadania honorária do Paraná, além de honrar imensamente o povo de nossa terra, em ter tão ilustre personalidade como cidadão, virá demonstrar o reconhecimento pelos inestimáveis serviços que Sua Excelência vem prestando ao nosso Estado, na sua

condição de titular da Diocese de Umuarama.

Dom José Maria Maimone, nasceu a 06 de outubro de 1.932, na cidade de Astolfo Dutra, Minas Gerais, filho de numerosa família que, na década de 1940, transferiu seu domicílio para Londrina.

Já no Estado do Paraná, o jovem José Maria Maimone fez seus estudos elementares, tendo concluído o curso de Técnico em Contabilidade no Colégio Londrinense. Como profissional, teve intensa atuação nos movimentos comunitários, a partir da Igreja Matriz de Londrina, principalmente entre a juventude.

No ano de 1955, já com 23 anos de idade, resolveu engajar-se à vida religiosa, ingressando no Seminário São Vicente Pallotti, de Londrina, mantido pela Sociedade do Apostolado Católico, comumente chamada de Padres Palotinos, onde fez o noviciado nos anos de 1955 e 1956. Concluído o curso de Filosofia, transferiu-se para o Seminário Maior Palotino de Santa Maria, RS, onde iniciou o curso de Teologia, concluindo no ano de 1961, já na Faculdade de Teologia Nossa Senhora de Assunção, em São Paulo.

Foi ordenado sacerdote em 1961, e durante sete anos exerceu seu Ministério em Londrina, onde foi Reitor do Seminário Vicente Pallotti, cumulando ainda a atividade de estimulador dos movimentos eclesiais de base e dos cursilhos da cristandade. Atuou ainda em São Paulo durante um ano, voltando ao Paraná em seguida para fixar-se em Curitiba, por dois anos.

Seu trabalho eficiente junto à comunidade paranaense o recomendou de tal forma, que o Capítulo Geral da Congregação Palotina o elegeu Consultor Geral da Congregação, levando-o à Roma onde permaneceu apenas um ano, dentro de um mandato de seis anos. Tal interrupção de mandato deveu-se à criação da Diocese de Umuarama e à sua escolha, por parte do Papa Paulo VI, como Primeiro Bispo da Nova Diocese.

Há seis anos, Dom José Maria Maimone, na condição de Bispo Diocesano de Umuarama, vem se constituindo em exemplo de modéstia e de trabalho na condução dos assuntos religiosos e sociais naquela parcela do território paranaense.

Além da tradicional operosidade que a Igreja mantém em suas normas de agir, o Bispo de Umuarama tem estimulado o apostolado de promoção social, sendo o responsável pela melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias que, recebendo orientação da ação social e educacional diocesana, participam cada vez mais da valorização da família como elemento fundamental da sociedade.

A projeção alcançada por aqueles que conhecem de perto o trabalho social que se desenvolve na Diocese de Umuarama, justifica a homenagem que se pretende prestar.

Tenho a convicção que esta proposição merecerá dos nobres Pares o melhor acolhimento, como também acredito que a concessão do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Bispo de Umuarama, tanto honra o Paraná, como honrado sentir-se-á o homenageado.

PROJETO DE LEI Nº 202/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É obrigatória a publicação no "Diário Oficial do Estado", dos editais de licitação pela modalidade de concorrência, levados a efeito pelos municípios paranaenses, e facultativa a sua publicação na imprensa periódica.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1.979.

(a) ROMERO FILHO

Devidamente apoiado.

JUSTIFICATIVA:

Visamos, antes de tudo, moralizar a administração pública municipal, pelo controle público dos contratos de obras e de fornecimento de materiais diversos, através do cumprimento do Disposto nos Artigos 125 e seguintes, do Decreto-Lei número 200, de 25/02/67.

Temos observado em muitos casos, existir no município um ou mais jornais de tiragem reduzida, onde são feitas as publicações dos respectivos editais de licitação, pela modalidade de concorrência, com recolhimento pela Prefeitura de edição inteira, de comum acordo com o proprietário do Órgão. Os exemplares são, então, distribuídos apenas às firmas que gozam de proteção oficial, para que apresentem, em tempo hábil, suas propostas.

As demais continuam desconhecendo o fato, o que enseja atos de corrupção ativa e passiva.

A administração pública se socorre do particular ao fazer compras, efetuar alienações, realizar obras ou desempenhar serviços, por meio de contratos resultantes de concorrência pública.

A escolha da pessoa física ou jurídica não pode ser arbitrária, daí, os procedimentos prévios, para seleção do contratante, com idoneidade técnica e financeira comprovada. A escolha - impessoal, pública e geral -, se processa por meio de licitações, em suas três modalidades conhecidas: a concorrência, a tomada de preços e o convite.

Sob o regime do Código de Contabilidade Pública e seu Regulamento, de 1922, era de uso único o vocábulo CONCORRÊNCIA. Após o Decreto-Lei 200, de 25/02/67, passou-se à utilização do vocábulo LICITAÇÃO, sinônimo de CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

A administração pode recorrer ao processo direto e ao processo indireto para seleção do fornecedor, do empreiteiro de obras, do transportador, etc. O processo direto vigora para coisas de pequena monta. Quando são envolvidas importâncias em dinheiro de maior vulto, sobrevêm o que se chama de procedimento licitatório pela modalidade de concorrência, com a apresentação de propostas por todos os interessados. É a lei da oferta e da procura, ao mesmo tempo que o cuidado na salvaguarda do prestígio administrativo, pelos critérios do menor preço, da melhor técnica e da melhor qualidade, podendo ser considerado ainda o menor na execução de obras ou no fornecimento dos materiais.

O edital é o documento público, através do qual a administração revela, em termos precisos, a sua vontade, orientando os proponentes sobre o modo de encaminhar as propostas, e garantindo ao vencedor da licitação determinados direitos. As cláusulas do edital, não podem ser modificadas durante a fluência do prazo, mas a licitação poderá ser anulada, no interesse público, e promovida nova licitação, inclusive com alterações de cláusulas. "O edital é a lei interna de licitação pública", tal qual o declara um constitucionalista.

No intuito de preservar a honorabilidade da administração, colocada acima de afeições e de interesses subalternos, o edital de licitação deve chegar ao conhecimento de todos, e não apenas de certa firma ou de certa pessoa, sendo dispensado somente para as modalidades de tomada de preços e convite.

Daí, dentro do propósito de moralização administrativa e de que sejam defendidos os interesses da comunidade, cujo dinheiro, resultante dos tributos, está em jogo, torna-se mister a publicação dos editais de licitação em órgão de curso forçado para a modalidade de concorrência, Nada melhor, pois, que o "Diário Oficial do Estado".

As firmas, desejosas de participação das licitações municipais, encontrarão a informação exata e indiscriminada de cada uma delas no órgão oficial do Estado, independentemente de publicações que se façam nos jornais do próprio município ou da Capital.

Ninguém poderá lançar, desse modo, a pecha de suspeição sobre quaisquer licitações, porque a divulgação do respectivo edital é ampla e segura.

Amparado por sua constitucionalidade, e tendo grande alcance político-administrativo, temos certeza que o presente projeto de lei encontrará a aprovação da nossa Casa Legislativa.

Para melhor ilustrar seus legítimos objetivos, fazemos juntar cópias do TÍTULO XII, "Das Normas Relativas a Licitações para Compras, Obras, Serviços e Alienações", abrangendo os Arts. 125 a 144, do Decreto-Lei número 200, no qual fundamentamos este plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 203/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Engenheiro OPHIR RUY WOITOWICZ.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1979.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

O Engenheiro Ophir Woitowicz, nascido na cidade de Ponta Grossa, Paraná, é um exemplo de trabalho, de dedicação e de amor à nossa terra. Diretor Presidente do Grupo INEPAR, do qual é fundador, empresa constituída exclusivamente de capital nacional, sendo considerado hoje o maior conglomerado do setor eletro-eletrônico do País.

É membro de diversas instituições, das quais se destacam o Instituto de Engenharia do Paraná e a AECIC — Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, para a qual, em 23/03/77, foi eleito Vice-Presidente, assumindo a Presidência em 13/02/78. Eleito Presidente efetivo da AECIC, para o mandato 1979/1980. É o 1.º Vice-Presidente da CEXPAR — Centro do Comércio Exterior do Paraná.

Fez várias viagens de estudos e observações ao exterior, especialmente Estados Unidos da América do Norte, México, Europa e Japão.

O Grupo INEPAR atende à demanda de todo o País, de quase toda a América Latina e seus planos de expansão objetivam a ampliação de atividades na África e Oriente Médio, dentro de sua linha de produção, montagens, prestações de serviços e comercialização.

Dentre alguns fatos de iniciativa de empresas dirigidas pelo Engenheiro Ophir Woitowicz, destacam-se os seguintes: Instalação (como cortesia à cidade de Curitiba) da primeira lâmpada de mercúrio da cidade, na Praça Santos Dumont, durante a administração do General Iberê de Matos; primeiras construções de linhas de transmissão da COPEL; primeira iluminação decorativa de Vila Velha; primeira linha monofásica de 33 KV no Estado, em caráter experimental; iluminação de luz de mercúrio da primeira avenida no Paraná, em Ponta Grossa; iluminação à luz de mercúrio da antiga Estação Rodoviária de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os malefícios do tabagismo têm sido alvo de inúmeros pronunciamentos de personalidades preocupadas com o bem estar do povo.

Em nosso Estado, já há algum tempo, vários profissionais da medicina, do magistério, sociólogos e religiosos da Igreja Adventista do Sétimo Dia, têm procurado incentivar especialmente os jovens, a terem uma vida distante deste

terrível mal que está proporcionando um progressivo aumento das doenças, especialmente das vias respiratórias, das vias digestivas.

Em nosso Estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, houve por bem o Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, adotar uma posição corajosa, conclamando a Associação Médica do Estado do Paraná e outros que estão interessados no desenvolvimento de esclarecedores empreendimentos, estabelecendo o Programa Oficial Contra o Fumo.

E para isso, Sua Excelência designou vários médicos e autoridades que estão prevendo cursos e outras atividades, em várias localidades do Estado do Paraná, para alcançar os objetivos propostos.

Tomamos conhecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de uma manifestação dessa mesma Comissão, que foi dirigida aos médicos, pedindo a participação de toda a classe nesta campanha que está se desenvolvendo.

Diz o expediente, em outras recomendações, o seguinte:

"Esperamos a sua participação de duas maneiras:

1. — Pela força de seu exemplo, não fumando;

2. — Pela força de suas palavras, promovendo, divulgando e esclarecendo em seu círculo de amizades e pacientes, os malefícios do tabagismo".

Com muita satisfação, Sr. Presidente, registro esta posição que a Comissão designada pelo Sr. Secretário da Saúde, juntamente com a Associação Médica do Paraná, está adotando frente a este problema que aflige a nossa população.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, faço encaminhamento à Mesa, de um requerimento pedindo a consagração de um voto de aplausos e de reconhecimento ao Tenente Coronel Lenir Gonçalves da Silva, DD. Comandante do Batalhão de Polícia de Trânsito de nossa Capital que, com brilhantismo, implantou em nossa cidade a Patrulha Escolar de Segurança de Trânsito, órgão integrado por alunos de primeiro e segundo graus de ensino, com a finalidade de orientar a travessia de ruas, pelos pedestres, nas áreas fronteiriças de nossos prédios escolares.

O Tenente Coronel Lenir, juntamente com o 1.º Tenente Lázaro Antônio Elízio, e instrutores, têm proporcionado já, a 71 escolares de nossa capital, condições para colaborar neste sério problema que estão a enfrentar todos aqueles que têm relação com os estabelecimentos de ensino. Muitas preocupações dos Srs. pais estão sendo eliminadas e, a par disso, os respectivos familiares e colegas são melhor orientados.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que este Plenário estará dando o seu voto de apoio a esta iniciativa, que acho oportuna e feliz, eminente integrante da nossa gloriosa Corporação Policial Militar do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna nesta tarde, para que possamos registrar, junto ao nosso contentamento, nossa posição pessoal e também o voto de aplauso à Companhia de Habitação do Paraná, porque, até março de 1.979, esta Companhia havia construído no Paraná, desde 1.965, 7.846 casas populares, de março de 79 até novembro de 79, ou exatamente neste ano, a Companhia construiu 7.422 casas populares por todo o Estado do Paraná.

E, na data de hoje, assinou editais para que se construam mais 10.685 casas que vêm atender aos problemas de habitação no Estado do Paraná. E a Companhia, dentro da reformulação que sofreu, tomou e vem tomando atitudes e posições e ativando trabalhos que fazem com que o Paraná marque, também, posição como a de outros Estados, que também têm trabalhado no sentido de dar habitação ao seu povo.

Cabe aqui ressaltar a pessoa de seu Presidente, que coman-

da uma valorosa equipe que, desde o mais baixo até o mais alto funcionário, vem empregando sua colaboração, dando todo o seu esforço como uma equipe homogênea, inteiramente integrada aos trabalhos de proporcionar maior número de habitações ao Estado do Paraná.

Esta equipe, que compõe a COHAPAR, hoje totalmente dinamizada, vem trabalhando com grande entusiasmo, o que pode ser visto a olho nú, e nós, que temos acompanhado de perto este trabalho, podemos senti-lo muito bem, e por isto não podíamos, no dia de hoje, deixar de dar o nosso testemunho e deixar patente aqui os nossos cumprimentos também ao Presidente daquela Companhia, José Silvestre Pegoratto, Engenheiro que, com apenas 30 anos de idade, vem dando todo o seu dinamismo e esforço aliados à sua capacidade, para que aquela Companhia venha a cumprir exata e realmente as suas finalidades.

Mas, um dos pontos em que a COHAPAR marcou posição, a meu ver, é que os núcleos habitacionais do interior, após sua construção, a administração dos mesmos eram confiados às Prefeituras, às Prefeituras respectivas, e essas, recebiam e administravam os números e, em contrapartida, se comprometiam no seu ICM, o pagamento das prestações daquelas casas e, por isso mesmo, encontravam, às vezes, algumas dificuldades no trabalho de sua administração e aumentaram também o seu trabalho administrativo.

E essa Companhia, somente para concluir, Sr. Presidente, a meu ver, ao retomar esse aval, ao desfazer o aval dessas prefeituras, passou e está passando a administrar pelo seu corpo próprio, os núcleos habitacionais existentes no interior e desonerando totalmente as prefeituras do Estado, e justamente nessa época em que as Prefeituras estão altamente oneradas, é uma grande medida, porque passa inteiramente à responsabilidade da COHAPAR a administração dos núcleos habitacionais afetos a ela.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Enviamos à Mesa um requerimento, dirigido ao Presidente da República, ao Ministro das Minas e Energia e ao Governador do Estado do Paraná, solicitando e sugerindo a adoção do horário de verão. — (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado telex ao Sr. João Baptista Figueiredo, Presidente da República, ao Sr. César Cals, Ministro das Minas e Energia e ao Sr. Ney Braga, Governador do Estado do Paraná, sugerindo a adoção do horário de verão em todo o País.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1.979.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

O horário de verão é uma medida adotada em todos os países da Europa e Estados Unidos, para aproveitar ao máximo a luz solar. O adiantamento de uma hora nos relógios de cada brasileiro, representaria uma substancial economia, principalmente agora com o reajuste das tarifas de energia elétrica.

Nesta estação, o sol nasce diariamente no Brasil às quatro horas da manhã e se põe depois das dezenove horas. O período das quatro às sete da manhã é ocioso e a nossa “extraordinária” capacidade de energia hidrelétrica, pelos últimos indicadores, não é tão extraordinária assim.

Entendemos que a adoção do horário de verão proporcionaria uma redução dos gastos de energia, influyendo diretamente nos orçamentos domésticos”.

O outro requerimento encaminhando telex, dirigido ao Presidente da República, solicitando a isenção da Taxa Rodoviária Única para os motoristas de táxi. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado telex ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, sugerindo a insenção da Taxa Rodoviária Única - T.R.U., aos motoristas de táxi.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1.979.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

O Brasil espera que o Sr. João Baptista Figueiredo inicie o ano de 1980 com uma medida equilibrada, qual seja, a revogação através Decreto-Lei da mensagem aprovada no Congresso, que estabelece a majoração dos índices da TRU — Taxa Rodoviária Única.

Caso o Presidente mantenha a medida, que pelo menos lute pela injeção da taxa aos motoristas de táxi. A classe dos motoristas, vem enfrentando sucessivos abalos e golpes. Não bastasse a taxa absurda cobrada para aferição dos taxímetros, está aí o novo aumento da gasolina.

Já que o Governo mostra-se insensível com relação à reivindicação de se subsidiar a gasolina, que tenha sensibilidade para isentar da TRU todos os motoristas de táxi, ou na pior das hipóteses, que mantenha as mesmas taxas de 1979, sem aumentos.”

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Município de Umuarama foi palco, este ano, da grave crise político-administrativa, porque o Prefeito Cioni Neto, renunciou ao mandato de Prefeito Municipal.

A essa altura, o Deputado Tuguio Setogute, da ARENA, passou a sofrer violenta pressão no sentido de assumir o lugar, na condição de Vice-Prefeito. Em início de mandato na Assembleia Legislativa, Setogute resistiu à idéia, pelo fato de considerar ser melhor para a região e sua atuação como Parlamentar, em contato direto com os órgãos do Governo do Estado.

As pressões aumentaram. Atrás das pressões, vieram as ameaças. As ameaças partiram, inclusive, do Palácio Iguaçu. Não teria ocasião, o Deputado Setogute, de conseguir qualquer coisa junto ao Governo do Estado, porquanto todas as portas lhe estariam fechadas.

Houve mais. Paralelamente às ameaças, houve promessas sem conta. O Governador do Estado recebeu o Parlamentar em audiência, e lhe assegurou todo o apoio. O Secretário de Justiça, Octávio Cesário, esteve em Umuarama. Em nome do Governo do Estado, declarou que a Prefeitura seria arrancada do fundo do abismo, graças aos auxílios que seriam dados. Conseguiu acertar o problema político, e Setogute trocou a deputação pela Prefeitura de Umuarama, em situação financeira precaríssima.

Uma das principais promessas consistiu no auxílio à Prefeitura de 60 milhões de cruzeiros, importância essa destinada ao pagamento de pessoal, fornecedores e empreiteiros, a sofrerem atraso de alguns meses. Tais recursos iriam permitir, por sua vez, a complementação de algumas obras mais urgentes. O Governador emprestou apenas 30 milhões de cruzeiros, com juros, enterrando assim ainda mais o município em dívidas.

O Prefeito Tuguio Setogute assumiu o cargo em meio de grande regozijo popular, sobretudo porque o povo estava esperançoso com a chegada do novo Prefeito.

O desencanto não demorou. Passaram-se semanas e meses, e o dinheiro, prometido pelo Sr. Ney Braga, ainda não chegou a Umuarama. Tuguio Setogute gastou o estoque de desculpas para os credores da Prefeitura. Está caindo igualmente no descrédito.

A Cidade de Umuarama é o retrato de abandono. Ruas esburacadas, bueiros entupidos, sujeira em toda parte, funcionário sendo despedido sem justa causa.

Temos de levar em conta o grave fato de que a existência, na região, do arenito de Caiuá, material provindo das rochas em decomposição, acelera o processo erosivo. As voçorocas estão se multiplicando. E o combate à erosão requer abundância de recursos, para cobertura das despesas com tubulações, anteparos de concreto armado e mão-de-obra.

A euforia de alguns meses atrás foi substituída pelo mais franco desânimo. A descrença no governo está dominando a população. Todo mundo recorda as mentiras, ouvidas e memorizadas.

Se houver memória, e se houver pudor, compete ao Governador Ney Braga ir em socorro de Umuarama, tal qual havia prometido. Umuarama não merece o descaso de que está sendo vítima. A sua produção agrícola é bastante volumosa. Gera, a cada ano, vultosas divisas, que enriquecem o Paraná, e que não pode ser assim desprezado.

Representante, nesta Casa, da região de Umuarama, fato que muito me honra, - cabe-me o comecinho de cobrar, do Governo do Estado, as promessas espontaneamente feitas. Povo não é criança. Povo não pode ser enganado. E, se tiver sido iludido com promessas vãs, terá o direito de julgar quem o iludiu.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa internacional tem dado um destaque tremendo aos problemas do Irã; e que, na verdade, estão afetando todos os países do mundo. Pouco se tem dito, no entanto, no que isto representará para o futuro, já que nós podemos comparar a atitude tomada pelos estudantes do Irã às atitudes tomadas em 1.968 pelos comandados de Daniel Combend na França.

Como todos sabemos, de 68 para cá os próprios costumes mudaram em função da rebelião dos estudantes franceses. Os reflexos logo aconteceram no Brasil quando os estudantes, em passeatas, em manifestações, levaram à nossa Ditadura, ao AI-5, como uma solução que nada resolveu.

Finalmente uma voz dos Estados Unidos resolveu levantar o problema de uma maneira não sentimentalista e o Senador Kennedy, parece com mais clarividência que os demais resolveu dizer que os Estados Unidos deveriam devolver o Xá ao Irã, onde ele deveria ser julgado, já que de lá saiu, não por crimes políticos, não por razões políticas, mas simples e puramente por ser um corrupto.

Deus queira que os estudantes do Irã sejam seguidos pelos estudantes do mundo inteiro e que passem - e não tenho coragem de fazê-lo -, mas que passem a raptar cônsules suíços, embaixadores suíços, exigindo que aquele País abra ao mundo, a contabilidade dos seus bancos, onde os corruptos do mundo inteiro colocam aquilo que roubam de seus países.

Imaginem os Srs. Deputados, quanto brasileiro iria perecer quando abrissem as contabilidades dos Bancos Suíços. E não foi sem outra razão que imediatamente, aqueles reis árabes, corruptos todos eles, porque os árabes vivem numa miséria franciscana, imediatamente se reuniram contra os estudantes do Irã; é sintomático. Mas o problema é que agora, talvez tal qual o AI-5, em 1968, o perigo se aproxima diretamente do Brasil. Pois já anuncia a imprensa internacional, que não tendo para onde seguir o Xá, ele estaria para vir morar nas vizinhanças do Brasil e fazer companhia ao Somossa, aí no Paraguai. É o momento também dos

políticos brasileiros se alertarem, porque o Xá do Irã, morando no Paraguai, provavelmente ocasionará o seguinte:— Boicote à vinda de petróleo do Irã para o Brasil, porque o Brasil refina o petróleo iraniano e vende como gasolina, para o Paraguai. Boicote ao Brasil e portanto, provavelmente, ameaças se não pagar, digamos Itaipu, que fazemos em sociedade com nosso vizinho.

E quantas outras ameaças poderão fazer os árabes, em relação ao Brasil, se o nosso ilustre e querido amigo - não nosso, mas do nosso Governo, Stroessner resolver receber mais um ditador, às nossas vizinhanças. Eu que recorro em número e gênero, que lugar de corrupto é na cadeia, e acho que o Xá deveria ser julgado pelos iranianos, não vejo com bons olhos, a presença de mais um ditador às nossas fronteiras. Fica um alerta. A menos que os nossos dirigentes resolvam, ou adotar a atitude sugerida pelo Deputado Fidelcino Tolentino e já adotada no Irã, de negar as contas internacionais, ou tomar uma outra solução e aqui fica a proposta aos homens do Governo.

Talvez pudéssemos até trazer o Xá do Irã para o Brasil. Ele roubou do seu país, cinquenta bilhões de dólares. Coincidentemente, a nossa dívida externa. Nós ficaríamos com o Xá e ele pagaria a nossa dívida externa. Talvez fosse uma solução inclusive para o Brasil. Mas sem esse negócio, não nos parece que devemos usar a nossa influência; o Governo brasileiro não deve usar a sua influência, para evitar de ter ao seu lado, mais um ditador.—
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há algum tempo atrás, quando ocupávamos esta tribuna, falávamos da ITAIPU, a pedra que canta o desespero dos pequenos agricultores iludidos por uma indenização duvidosa.

Após isso, os fatos que aqui foram postos em dúvida, foram constatados "in loco", através de quatro reuniões muito bem assistidas pela população atingida na área da ITAIPU, visita esta que fazia a Comissão de Agricultura da Câmara Federal, e ali constatamos mais uma vez o desespero, a ilusão, a indenização duvidosa cantada por essa pedra que se chama ITAIPU.

A meia verdade e a mentira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são duas armas que servem para fins escusos, mesmo diante de propósitos os mais elogiáveis.

E isso vem ocorrendo em relação às tão propaladas e polpudas indenizações que ITAIPU vem promovendo, junto aos proprietários de áreas de terras que serão inundadas pelas águas da represa citada.

O pesadelo teve início, e os atingidos - os pequenos e médios lavradores - começaram a agonizar e muitos deles encontram-se ainda atravessando o sono-realidade das dificuldades, das ameaças de um porvir ainda não distante e nebuloso.

Enquanto isto ITAIPU propagou aos quatro ventos que estava pagando preços justos pelas terras férteis, que serão inundadas e que deixariam então de produzir.

Com tal indenização justa, no entanto, o lavrador, o agricultor, teria condições de se fixar em outras terras, às vezes próximas à mesma região, e continuar seu ritmo de vida, sem alterações mais profundas.

Isto, no entanto, não ocorreu e não vem ocorrendo.

Vários agricultores já indenizados, que compareceram àquelas reuniões promovidas pela Comissão da Agricultura da Câmara Federal, deram o seu testemunho de que não con-

seguiram adquirir o mesmo número de hectares de terra pelo valor indenizatório recebido nas proximidades de sua antiga propriedade.

A verdade aqui tem dois lados: a empresa binacional não está tratando do caso indenizatório com o devido cuidado e a devida atenção.

O povo de várias localidades movimentou-se inclusive em assembleias populares, para reivindicar melhores preços por suas terras e não encontrou apoio legal aos seus anseios e suas reivindicações.

○ SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — A Mesa informa a Vossa Excelência que como Vossa Excelência está inscrito também no Grande Expediente, continua com a palavra.
○ SR. GERNOTE KIRINUS — Obrigado. (Lê):

“A ITAIPU binacional não está pagando e não pagou em vários casos, o preço solicitado, o preço justo que seria de cem a cento e vinte mil cruzeiros o alqueire de terra. Mas a empresa faz propaganda pelo Rádio e pela Televisão, anunciando que paga, que pagará e que pagou preço justo, quando na verdade, nem sempre isto ocorreu, ocorre e não vem ocorrendo.

A grande empresa binacional não vem olhando com bons olhos os colonos, os pequenos agricultores e pequenos proprietários, quando estes começam a reivindicar seus direitos, e Sr. Presidente, Srs. Deputados, nada mais que seus direitos.

Os colonos levantaram-se em Assembleia Popular, para reivindicar, obtiveram apoio de vários segmentos da sociedade e de entidades de classe, mas naquela ocasião, friso mais uma vez, o diretor da ITAIPU binacional não quis debater com os pequenos proprietários, recusando-se em participar de seus encontros. Preferiu dizer através da imprensa, que aquela manifestação era ilegal (ocorreu em Santa Helena).

Ilegal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a forma de indenização discriminatória que vem ocorrendo em determinadas localidades, isto sim, merece nosso repúdio, merece nosso agravo.

Existe um decreto desapropriatório. A firma MATRIX já realizou o levantamento de toda área a ser desapropriada e estipulou segundo seus critérios, o valor de indenização para cada área correspondente.

O governo provavelmente já deve ter depositado o correspondente ao montante das indenizações em sua totalidade. No entanto, a ITAIPU binacional se dá ao luxo de montar uma verdadeira máquina de picaretagem, propondo ao invés de indenização, um contrato de compra e venda.

É uma picaretagem porque se especula com a necessidade criada para o agricultor, de vender a área à ITAIPU, como único e exclusivo cliente, pois ninguém mais compraria uma área condenada.

Sendo ITAIPU a única interessada e beneficiária, eliminando os concorrentes que no sistema da picaretagem favoreciam aquele que vende, o agricultor se vê envolvido e obrigado a aceitar propostas de preços injustos, ou aguardar até que com a ameaça da inundação, como aconteceu em Salto Santiago e Ozório, possa mover uma ação na justiça, reclamando por uma indenização que poderá ocorrer alguns anos mais tarde.

Pergunto ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados: qual o agricultor, que com a crise da estiagem antecedida pela crise do preço do soja e somado aos duros golpes das NPR's do cancro cítrico e da promoção governamental escandalosa e prejudicial da peste suína, poderá aguardar de braços cruzados, sem terra e sem poder de barganha, uma indenização morosa através da justiça???

De fato não há outra alternativa. E o picareta-mór a ITAIPU binacional haverá de pagar, como pagando está, o que

bem lhe convier, isto em nome de um progresso que desde já vem massacrando e expulsando centenas de irmãos do campo, de nossas próprias fronteiras.

Além destas questões onde se comprovam irregularidades na apresentação das propostas indenizatórias, quando os colonos firmam-se na posição de não aceitá-las, ouvem as seguintes advertências, ou melhor, as seguintes ameaças: “caso contrário contratem advogado para discutir na justiça o preço, mas saibam que brigar contra o governo, não dará resultado” ou ainda: “se criarem problemas receberão a indenização por último”.

Afinal de contas quem está querendo enganar quem? Quem está pretendendo usar da força do próprio nome contra humildes lavradores, chacreiros e sitiantes??? Os prazos para pagamento das propostas indenizatórias, em vários casos, chegam a demorar dois a três meses, quando não ultrapassam a cada dos noventa dias. E isto vem a confirmar a existência de uma manobra, de uma picaretagem em lugar de uma justa indenização.

Dentro ainda deste ângulo de mobilizações em busca de justiça, de melhores preços por suas terras desapropriadas, uma das localidades que buscou e ainda busca desesperadamente uma solução junto à ITAIPU, é a população do Distrito de Porto Mendes, em Marechal Cândido Rondon. Lá, o primeiro indenizado recebeu a importância de quarenta e oito mil cruzeiros por três alqueires de terra, em 1978. Preço este, bem distante da realidade propagada pela binacional.

A localidade mencionada tende a desaparecer por completo, após o fechamento das comportas da grande hidrelétrica, pois ficará situada em uma península. Hoje, a localidade vive especificamente de atividade agrícola e comercial, e amanhã, sobreviverá da atividade fluvial ou turística?

Atividade fluvial: Navegação e pesca - eis o absurdo da proposta governamental, pois querer que da noite para o dia o agricultor largue o cabo da enxada e passe para o leme de um barco, ou a empunhar o cano de pesca, para sustentar sua família, é desde logo, impossível. Isto porque o agricultor e o comerciante de Porto Mendes, não receberá subsídios para a aquisição de material específico para esta atividade, e porque não receberá também, indenização por suas terras e por seus estabelecimentos comerciais. E aqui lembramos ainda, que esta gente toda não possui preparo profissional adequado, para esta nova ocupação que ITAIPU, forçosamente tenta lhes impor.

Outra alternativa seria a exploração turística. Mas que engodo Sr. Presidente, Srs. Deputados. A exploração popular pela ITAIPU, começa bem antes desta alternativa, qual seja a exploração turística, através da implantação de um terminal turístico, se não vejamos: Em determinada reunião, ainda no início deste ano, em Porto Mendes, determinado parlamentar disse ao povo reunido, que o próprio ex-governador Jayme Canet Júnior, estaria adquirindo extensas faixas de terras próximas aquele Distrito, porque ali haveria um terminal turístico, e que após seu funcionamento, iria render lucros maiores até que os das indenizações solicitadas por comerciantes e pequenos proprietários da citada localidade.

Se isto vier a se confirmar, se realmente o ex-governador Canet Júnior está adquirindo ou adquiriu terras naquelas proximidades, para fins de exploração turística, nos assalta uma nova preocupação: qual o pequeno e médio comerciante ou o humilde agricultor que poderá fazer frente a um grande empresário, que provavelmente contará com incentivos fiscais e outros subsídios e favorecimentos creditícios, numa concorrência para a instalação de hotéis, parques aquáticos e etc..., quando nem sequer poderá contar com a simples indenização de instalação e lucros cessantes de seu pequeno comércio? Ou este parlamentar pretende convencer aos moradores de

Porto Mendes de que carregador de malas ou faxineiro, como novo emprego, lhes dará muito mais lucros que a indenização de suas propriedades as quais ainda estão sendo solicitadas mas que a estas não terão direito?

Certamente podemos antever a valorização imobiliária de terrenos em Porto Mendes, mas isto ocorrerá somente após a instalação do pretense terminal turístico. Mais uma vez a dúvida: terão aqueles moradores, poder de barganha para suportar tão longa espera? Não. Não porque trabalham neste preciso momento para saldar as dívidas contraídas ontem, dívidas estas para o sustento de seus familiares.

Enquanto isso a binacional ITAIPU não deu resposta mais do que superficial aos abaixo-assinados, às movimentações da população que não vê hoje, nenhuma possibilidade de evitar que a localidade sucumba tão drástica e vergonhosamente.

Até quando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se arrastarão as mentiras de boas, de boas e justas indenizações, quando os mais humildes são os mais prejudicados?

A oficialização burocrática da mentira, também está imperando nas localidades mais distantes, e aproveitando-se da pouca instrução de lavradores e agricultores. Agora, a verdade é que as indenizações não correspondem à verdade, à justiça e ao merecimento de quem trabalhou até agora, arduamente naquelas terras.

Este preço está sendo muito caro para o homem do campo, que se sente obrigado a abandonar seu reduto, quase que com as mãos vazias, sem esperanças, e tangido como gado obediente, ao matadouro governamental.

Se a ITAIPU binacional não quer ouvir os colonos, se os trata da maneira que bem entende, resta a nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, perguntar: A quem ITAIPU presta contas de seus gastos e injustiças???

Eis a grande pergunta que paira sobre a consciência de todo brasileiro que se preocupa com os doze bilhões de dólares que serão gastos naquela fantástica obra.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado, Vossa Excelência novamente vem fazer uma denúncia grave a respeito do comportamento da binacional ITAIPU na questão do pagamento que em regime democrático anterior ao vigente, era texto da Constituição e respeitado por todos os administradores públicos que, a expropriação de qualquer tipo de propriedade era feita com prévia e justa indenização em dinheiro, o que não está ocorrendo efetivamente com ITAIPU e aliás, Deputado, fizeram e agora posso até dizer que quando essa chamada Revolução assumiu o poder na base da força, instituíram o Estatuto da Terra que está fazendo quinze anos de mofo nas gavetas porque o Estatuto da Terra, Deputado, foi inspirado no princípio democrático, mas não passou de inspiração, porque as grandes propriedades se avolumaram. Os incentivos fiscais se concentraram nas mãos dos poderosos desse País, as grandes riquezas fundiárias nacionais, das grandes empresas multinacionais e os objetivos visados pelo Estatuto da Terra, tem inspiração então democrática, por contrariar os interesses daqueles que dominam hoje o País e dominam para alienar o que é de mais puro neste País, que é a nossa soberania, que é a liberdade, a garantia de dias melhores para a nossa Nação, está sendo parafraseado com a Usina de ITAIPU e como agora há pouco disse o Deputado Deni Schwartz, inclusive correndo perigo, se esse ditador das arábias vier novamente se agregar aqui com Somoza e com Stroessner, para comprometer, inclusive as nossas fronteiras. O que é pior, Deputado, as fronteiras da nossa liberdade, soterradas pelo regime que está impondo uma condição de vida subhumana à maior parte da população brasileira.

E o Estatuto da Terra? E o preço justo, e as indenizações prévias? Vossa Excelência disse muito bem. Certa feita, esti-

vemos em ITAIPU logo no início quando recentemente havíamos sido eleito Deputado, e o que encontramos? Nos tocos das cercas que fechavam, sem qualquer indenização, chumbo de balas "44" que inclusive exibí desta tribuna que Vossa Excelência fala.

A intimidação, a pressão, a falta de respeito com a dignidade, com os direitos e garantias individuais. Falar em Constituição, em liberdade, em democracia num País como o nosso, é vilipendiar a história, é soterrar a cultura, é esmagar a consciência, Deputado.

Por isso me parabeno com Vossa Excelência a quem dou inteiro apoio aos pronunciamentos feitos com seriedade por Vossa Excelência e ditados inclusive por Pastorais da Terra, por reuniões de agricultores, de posseiros espoliados, enxotados das terras que justa e merecidamente compraram, pagaram. Muitas vezes, pagaram mal e que a ITAIPU se constituiu com o cunho de binacional. Quem sabe até com esta nova ordem supra nacional para lesar os interesses dos pobres e dos coitados, esmagando com a força dos Estados. Um homem que trabalha para a própria alimentação destes mesmos poderosos.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço a Sua Excelência por este importante testemunho que vem trazer ao nosso pronunciamento e incorporo, no meu pronunciamento, esta sua observação. Gostaria também, lembrando o Estatuto da Terra, dizer que atualmente os posseiros vivem lá um drama insustentável; quando reclamam pela indenização, são jogados ao INCRA, e deste, jogados à ITAIPU. E assim fazem o jogo, com aqueles pobres posseiros.

Por outro lado, o INCRA que já desapropriou a gleba Guairacá, está agora criando novo problema, cobrando de forma excessiva, a medição e os novos títulos. E haverá de ter, promovido pela própria Pastoral da Terra que tanto tem se empenhado na defesa deste povo sem voz e sem vez, haverá uma reunião em Missal, na próxima quarta-feira, para tratar deste assunto gravíssimo, assim como já houve aqui em Dois Vizinhos há umas duas semanas atrás.

O Sr. Fiori Luiz — Concede-me um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, já tenho uma opinião formada com relação à ITAIPU faz muito tempo, inclusive com envolvimento maiores, que quando a gente tiver determinadas provas a gente deve trazer para esta Casa, problema de contrabando de café, e tal, muita coisa. Mas além da destruição de uma obra que a natureza levou milhões de anos para construir, há um detalhe que o mundo todo sabe. Dentro de 20, 30 anos, no máximo 40 anos, o atual sistema de eleger hidrelétricas estará completamente superado. Nós estamos enterrando bilhões de dólares ali que não terão validade alguma dentro de 20, 30 anos.

ITAIPU nasceu sob a marca dos grandes interesses nacionais e internacionais. Há exemplo da Ponte Rio-Niterói, Usina Nuclear, Transamazônica etc. ITAIPU gasta, diariamente, caminhões de dólares. Mas os pequenos continuam marginalizados. Nem toda a água represada em ITAIPU, nobre Deputado, será suficiente para lavar a lama da corrupção, que a bússola que indica os caminhos dos interesses escusos que lesam esta grande Pátria.

Com relação ao que o Deputado Fidelcino aventou e também o Deputado Deni, da ida do Xá para lá, ligando-se ao Somoza e ao Stroessner, seria um meio campo invencível. Seria interessante iniciar-se uma campanha para que os moradores da fronteira mantivessem portas e janelas bem fechadas.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte de Sua Excelência que veio enriquecer o nosso pronunciamento; e gostaria de dizer e referir-me à corrupção que Sua Excelência apontou, em preciso momento, e acrescentar apenas que é uma

corrupção incontornável, o que é pior. Porque a binacional ITAIPU não tem para quem prestar contas.

Esta é a grande realidade e é justamente o que mais nos preocupa.

No entanto, referindo-me ao problema social que cria com as indenizações que há pouco denunciávamos aqui, poderíamos acrescentar de que é bem verdade, que já é tema conhecido desta Casa, é bem verdade que não é a primeira vez que Deputados aqui fazem a denúncia. No entanto, nós continuaremos denunciando, para ver se conseguimos cansar um pouco os ouvidos moucos que nos faz a binacional ITAIPU e o próprio Governo por ela responsável. Porque os agricultores já estão cansados de esperar durante quinze anos por uma Reforma Agrária que não se realizou; já estão cansados de se lamentar, durante quinze anos, a verem as suas propriedades serem diminuídas dia a dia e o latifúndio ir tomando conta em todo o País.

Não importa que cansemos nós, também os ouvidos moucos daqueles que não querem ouvir a voz do povo; daqueles que não querem ouvir o clamor deste povo.

Gostaria, para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de registrar aqui um voto de louvor à Comissão de Agricultura da Câmara Federal, que desceu das tribunas do Palácio e foi lá junto aos lavradores, ouvir o seu testemunho; uma atitude louvável, porque nós parlamentares desta Casa também fomos convidados e visitamos a obra ITAIPU. No entanto, tivemos apenas meia hora para nos inteirarmos e fazermos as perguntas que quizessemos fazer. Após isso, foi declarado que outras perguntas poderiam ser encaminhadas por escrito. Mas nós estamos cansados de escrever; aprovar requerimentos e recebermos respostas evasivas, da ITAIPU.

Porisso acredito que somente a organização de toda aquela região, em associações de amigos, em diversos distritos, poderá se constituir numa classe popular, capaz de fazer valer a justiça. E é isso que está ocorrendo. E não nos assustaremos se amanhã ou depois, esses agricultores unidos e reunidos, trancarem por a entrada de ITAIPU, para assim fazer valer a sua voz e os seus direitos. E terão então o apoio deste parlamentar desta Casa, que nos preocupamos com o desfecho e no entanto, não somos ouvidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.—

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zanlorenzi, no horário reservado à Liderança do MDB.

O SR. CARLOS ZANLORENZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Após ouvir tantos pronunciamentos e debates nesta Casa a respeito da reformulação tributária, sinto-me na obrigação de ocupar a tribuna para externar minha opinião sobre o assunto.

Vemos que existe generalizado movimento no País em favor de reforma tributária, com a finalidade de serem encaminhados maiores recursos aos Estados e municípios. Alega-se que, após 1964, a União açambarcou a quase totalidade da receita, e em consequência, governadores e prefeitos passaram à condição de pedintes, às portas do Palácio do Planalto e dos Ministérios. Essa situação humilhante implica na violação da autonomia dos Estados e dos Municípios, assegurada pelo regime federativo em que vivemos.

Temos, para nós, no entanto, que as queixas sobre a insolvabilidade e sobre a falência dos municípios são um tanto exageradas. O diabo não é tão feio como se pinta.

Em nossa opinião, o que há nas prefeituras, na maioria das vezes, são incompetências, imprudências e irrespon-

sabilidades. Se o Prefeito sabe que a arrecadação mensal é, por exemplo, de quinhentos mil cruzeiros, ele também sabe que não poderá gastar mais de quinhentos mil cruzeiros por mês. Se a despesa exceder a receita, é claro que a Prefeitura irá afundando, até tornar-se insolvável, com débitos acumulados e com o Prefeito a perder o sono.

Acontece, de um modo geral, que o Prefeito não se lembra da verdade do adágio popular, e quer sempre dar o passo maior do que as pernas. Por vaidade pessoal, ou por interesse político, procura deixar a marca de sua passagem pela Prefeitura, através de obras suntuárias, perfeitamente adiáveis, e de elevado custo. Ou então, para ser agradável aos chefetes locais, enche a Prefeitura de funcionários desnecessários, e essas admissões comprometem seriamente as finanças do município, pela sobrecarga no pagamento de salários e outras vantagens.

Fato como este temos no Município de Campo Largo.

Os vários departamentos da Prefeitura estão superlotados, desde que o atual Prefeito assumiu o cargo. São tantos funcionários que não há espaço para todos, muito menos serviço. Mas no fim do mês, a folha do pessoal esvazia os cofres, e o contribuinte fica a perguntar-se porque tanta dissipação do dinheiro público.

Alguns Vereadores quiseram igualmente saber a quanto monta esta folha mensalmente.

O Prefeito recorreu a evasivas, e nada esclareceu objetivamente sobre o assunto. Não quis confessar que o apadrinhamento político encheu sem precisão, as repartições da Prefeitura, e que o grande sacrificado, em tudo isso, é sempre o contribuinte.

Os impostos são sempre elevados. A coletividade não vê melhoramentos públicos. Chega um momento em que se descontenta e reclama. O Prefeito alega então falta de recursos. Esses recursos financeiros não estariam faltando se fossem aplicados em obras necessárias e não houvessem tantos pingentes na folha de pagamento do pessoal.

O Prefeito recorre então, a empréstimos em bancos, como o de Campo Largo que foi bater às portas do BNH. E não pediu pouco, pois o empréstimo, ao que se sabe anda pela casa dos cento e oitenta milhões de cruzeiros.

Se o Prefeito fosse mais criterioso, mais prudente e mais responsável, não teria dado este passo, por saber que o Tesouro Municipal não pode arcar com tão vultoso compromisso, em juros e correção monetária, e em amortização do principal. Teria, pelo contrário, se mantido dentro do orçamento municipal, para não sacrificar ainda mais o indefeso contribuinte, fazendo obras de acordo com os recursos existentes, e não empregando gente em excesso, só porque é filho ou filha de fulano ou beltrano, ou só porque foi seu cabo eleitoral na campanha política.

Era tempo de alguém ocupar esta tribuna, e por o dedo na ferida.

Chegam de lamúrias de Prefeitos insaciáveis. Uma Prefeitura deve funcionar como uma empresa, da qual o Prefeito é uma espécie de gerente. Se a Prefeitura gasta mais do que arrecada, e tem de pedir empréstimos bancários para pagar o pessoal excedente, é fatal que fique encalacrada, que chegue ao ponto do calote e que perca o crédito na praça.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito me alegrou dias atrás, quando assistia o Ministro do Planejamento Delfim Neto, fazendo um apelo aos Governos estaduais e municipais para que evitassem despesas supérfluas, como também evitassem empréstimos externos e internos para satisfazer paixões pessoais, deixando tal herança para seus sucessores. Mas é aquele velho ditado: “ALEGRIA DE POBRE DURA POUCA”, no dia seguinte líamos nos jornais: “Paraná

receberá mais dólares", dizia Ney Braga: estive reunido com o Presidente MacNamara, tratando de empréstimo de "trezentos milhões de dólares" do Banco Mundial. Ora, Sr. Presidente, não é hora de pormos um paradeiro nisso? Ou, no dia de amanhã não saberemos se estamos vivendo no Brasil ou em terras estrangeiras. E, nossos filhos não poderão pagar por esta má administração de nossos governantes.

O País atravessa grave crise. A melhor colaboração de todos é apertar o cinto e fazer muita economia."

O Sr. João Mansur — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, em que pese o respeito e admiração que tenho por Vossa Excelência, homem simples como eu, do interior como eu, ex-Prefeito Municipal, como eu; quero discordar quando Vossa Excelência afirma que a situação das prefeituras não é de penúria; que os prefeitos estão chorando sem a devida razão.

Porque tenho percorrido o Paraná inteiro, eminente Deputado, e tenho sentido, através das conversações que tenho mantido com os prefeitos municipais, que, realmente, a situação de quase todas as prefeituras, com raríssimas exceções, é de grande penúria.

Lamento também, eminente Deputado Carlos Zanlorenzi, que não esteja aqui presente, o Deputado Fabiano Braga Côrtes, que teve que viajar à Brasília, porque Sua Excelência, como representante de Campo Largo, certamente estaria apartando Vossa Excelência sobre as condições que se encontra a Prefeitura Municipal de Campo Largo.

Conheço o Prefeito Puppi, que pela segunda vez dirige os destinos daquele município. E, certamente se o povo de Campo Largo o reconduziu à Prefeitura, é porque deveria ter deixado um lastro, uma bagagem administrativa, quando da sua primeira passagem pela Prefeitura.

Conheço a administração que Vossa Excelência imprimiu àquele município. E, por coincidência, assumia o Governo do Paraná, exatamente quando Vossa Excelência dirigia com probidade, com honestidade, os destinos de Campo Largo. E, se não me engano, tive oportunidade de atender duas reivindicações feitas por Vossa Excelência.

Mas, queria deixar aqui este registro, ao discurso de Vossa Excelência, por se tratar de um homem simples, do interior, como eu mesmo; por se tratar de um homem trabalhador, deixar o registro de que discordo, frontalmente, de Vossa Excelência, porque acho que as prefeituras do Paraná e de resto de todo o Brasil, estão em difícil situação. E se não houver, como têm afirmado diversos Deputados, nesta Casa, uma reformulação tributária, em que se dê aos municípios aquilo que lhes é de direito, os municípios do Paraná estão fadados à falência total.

O SR. CARLOS ZANLORENZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Concorde em parte, mas não no todo. Porque, tenho provas concretas de que na cidade onde Vossa Excelência vive e tem suas propriedades, o Prefeito não vem bater às portas da Prefeitura.

Irati não é nada melhor do que os outros municípios. Mas, o seu Prefeito está se mantendo, fazendo aquilo que sua arrecadação permite.

Então, acredito que se todos os prefeitos fizessem isso, tudo estaria certo. Porque, isso de bater às portas do Governador, dos Ministros, é válida, totalmente válida.

Mas o que poderá o Governo do Estado devolver se o município não contribuiu antes?

Acredito que a base total da arrecadação é do município. Se o município não arrecada, o Estado não arrecada.

dará.

Considero a administração pública como uma empresa, se o empregado não trabalha, a empresa não vai adiante.

Muito obrigado.—

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Consulto à Liderança da ARENA se deseja fazer uso do horário que, regimentalmente lhe é concedido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, devidamente apoiado, constante do expediente. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Renato Bernardi e Romero Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs 127/79 e 139/79. — **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria o Município de Três Barras, com território desmembrado do Município de Cantuvas e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL o SUBSTITUTIVO GERAL da C.E., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 139/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria o Município de Jesuítas, com território desmembrado do Município de Formosa e divisas constantes do atual Distrito Judiciário. Parecer FAVORÁVEL o SUBSTITUTIVO GERAL da C.E., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação dos demais projetos constantes da Ordem do Dia:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 145/77, que cria no Município de Roncador o Distrito Administrativo de Alto São João, com sede e divisas que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 30/79, que modifica as divisas do Distrito Administrativo de Alto Alegre, Município de Colorado. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 54/79, que cria o Município de Vera Cruz do Oeste, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Céu Azul, com sede e divisas que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 57/79, que com território desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, cria o Município de Tupãssi, com sede e divisas que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 58/79, que cria

o Município de Lunardelli, com território desmembrado do Município de São João do Ivaí, com sede e divisas que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 59/79, que cria o Município de Nova Prata, com território desmembrado do Município de Salto do Lontra, com sede e divisas que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 70/79, que cria o Município de Cafelândia, desmembrado do Município de Cascavel, com sede e divisas que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 101/79, que declara de utilidade pública a Associação de Bem Estar Social do Portão - ABES —, com sede e foro nesta Capital.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 109/79, que cria no Município de Capitão Leônidas Marques, o Distrito Administrativo de Alto Alegre, cuja sede e divisas especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 132/79, que declara de utilidade pública a “Fraterna Ajuda Cristã - FAC”, com sede e foro na Cidade de Londrina.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 142/79, que declara de utilidade pública a “Associação Beneficente Recreativa Paroquial”, com sede e foro na Cidade de Tibagi.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 158/79, que dispõe sobre requisitos a serem observados por pretendentes de empréstimos e financiamentos em projetos agropecuários, junto a Entidades Bancárias ou de Créditos.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 160/79, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Colorado - A.P.M.I.” —, com sede e foro na Cidade de Colorado.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 164/79, que declara de utilidade pública a “Associação Esportiva e Recreativa Sadia”, com sede e foro na Cidade de Toledo.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 175/79, que cria no Município de Toledo, o Distrito Administrativo de Novo Sobradinho.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 176/79, que declara de utilidade pública a “Associação Beneficente Oásis do Amor”, com sede e foro na Cidade de Maringá.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 182/79, que cria no Município de Tibagi, o Distrito Administrativo de Caetano Mendes, com sede e divisas que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 183/79, que declara de utilidade pública a “Sociedade Beneficente São Gabriel da Virgem Dolorosa”, com sede e foro na Fazenda Rio Grande, Município de Mandirituba.— **Aprovado.**

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Pela ordem,

com a palavra o Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência interrompeu a Ordem do Dia no n.º 18 e que seria segunda discussão de dois projetos de lei criando dois novos municípios.

Levanto, Sr. Presidente, a questão de ordem, porque não ouvi a votação de preferência para hoje, desta matéria e foi invertida a Ordem do Dia e por conseguinte, Sr. Presidente, além desta premissa, trata-se de um obstáculo constitucional intransponível se votarmos uma matéria desta, antecipando a consulta plebiscitária que foi feita em outros projetos, que já haviam sido colocados em turno de votação e que não pode de forma nenhuma, Sr. Presidente, sob pena de constituir-se em laivo de inconstitucionalidade, comprometedor da estrutura e dignidade do Poder Legislativo, porque jamais uma matéria dessa pode passar por cima da Constituição vigente, e alterar a sua fórmula, o seu processo, o processo de votação dessa matéria, porque é próprio do sistema e do processo Legislativo, obedecer-se aos dispositivos constitucionais e só não levantamos esse problema ontem, Sr. Presidente, por razões de coerência na determinação de projetos anteriores.

Faço este apelo ao bom senso e ao alto saber de Vossa Excelência, sobretudo nos elevados princípios democráticos que inspiram sempre a orientação de Vossa Excelência para que estes dois projetos voltem para tramitar nas comissões com todas as suas observâncias legais para que não possa ele transpor um obstáculo que, para mim, é intransponível e é por essa razão, Sr. Presidente, que faço este apelo a Vossa Excelência, no sentido de determinar a volta desse projeto e não colocá-lo em nova discussão, porque serei o primeiro a inquiri-lo de vício de inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — A questão de ordem levantada pelo ilustre Deputado Fidelcino Tolentino, tenho a informar o seguinte, foi aprovado o requerimento assinado pelo Deputado Fuad Nacli e aprovado por esta Casa agora, nesta sessão. Foi posto em votação, foi pedida preferência aos Projetos de Lei n.ºs: 127 e 139. Foram aprovados em segunda discussão os dois projetos. Por conseguinte, esta Mesa não pode voltar atrás de um assunto já resolvido pela maioria.

O SR. FUAD NACLI — (Pela ordem) — Quero dizer o seguinte, ao meu amigo Deputado Fidelcino Tolentino, que nós requeremos preferência em primeira e segunda votação, no nosso entendimento, das duas bancadas, porque como se trata de um projeto de criação de município e a publicação no “Diário Oficial” sair na data de anteontem, para o plebiscito, vamos entrar somente em março novamente em funcionamento nesta Casa. Não se trata de projeto que vai ser aprovado, que está sendo votado em segunda discussão. Ele terá que ser votado em terceira discussão e redação final depois do plebiscito. Não poderá ser levado à votação sem o plebiscito. Como respeito a bancada, se esta achar que deve ser votado, votamos; se achar que não deve, também não faço questão. É unicamente questão de prazo.

Nós temos dezoito meses antes das eleições ou seis meses, se em março, teremos que votar mais uma votação, teremos mais duas votações, uma redação final e uma publicação.

Como já houve precedente da Casa, foi o meu requerimento já votado. Mas acato o que os nobres Deputados acharem melhor concordar. Se achar que devem votar, votem, caso contrário peço que retire o processo sem nenhum problema.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Em votação requerimento em que se pede voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr....

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem.

Levantei uma questão de ordem, embora eu ouvisse com bastante atenção a respeito da formulação do requerimento de preferência, me curvo diante da decisão desta Casa. E a explicação do eminente Deputado Fuad Nacli satisfaz aos interesses do processo legislativo, que confere inteira atenção a dispositivos constitucionais. Eu só queria proteger esta Casa de um vício insanável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Val, ocorrido em Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Tenente Arthur Gerke, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputado Deni Schwartz e Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Tancredo Benghi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo providências quanto a ligações interurbanas via telefonista.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de telex, a diversas autoridades, sugerindo a adoção do horário de verão em todo o País.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da República, sugerindo isenção da Taxa Rodoviária Única aos motoristas de táxi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, objetivando a imediata normalização no fornecimento de água potável na cidade de Toledo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da República e Ministro dos Transportes, sugerindo-lhes seja atualizado o Código Nacional de Trânsito.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Regional do INAMPS, no sentido de solicitar seja um Hospital do Distrito de São José, Município de Santa Helena, credenciado pelo INAMPS.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser enviado a esta Casa, mensagem regulamentando a aposentadoria dos Serventuários da Justiça.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do artigo "Inimigo de si próprio" de autoria de Inaldo Lepsch e publicado no jornal "O Comércio" de Porto União da Vitória.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.— (O artigo acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações e referências elogiosas ao Tenente Coronel Lenir Gonçalves da Silva e ao 1.º Tenente Lázaro Antônio Elísio, pela criação e implantação da Patrulha Escolar de Segurança.— **Aprovado.**—

Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, encarecendo providências com referência ao abastecimento de água potável no Município de Toledo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto pelas desagradáveis manifestações de que foi alvo, em Florianópolis, o Sr. Presidente da República.— Em discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) — Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"É com pesar até, que vimos à tribuna para discutir um assunto, assunto que aos brasileiros em nada agrada.

E nós não gostaríamos mesmo de vir à tribuna para posicionarmos contra a pretensão do ilustre, nobre Deputado João Mansur, quando aqui se pretende dar um voto de solidariedade a S. Ex.ª o Sr. Presidente da República que nós, pessoalmente, também, devotamos o nosso respeito.

Contudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos dizer que a responsabilidade pelo episódio vivido nestes últimos dias, e que o Estado vizinho de Santa Catarina foi palco, deve-se a culpa exclusivamente a S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, e também àqueles que o cercam. (Lê):

"A imprensa Nacional, nesses últimos dias, passou a se ocupar do episódio verificado quando da visita do General João Baptista Figueiredo, a Florianópolis.

Várias são as interpretações que se dão ao acontecimento. O oficialismo e aqueles que com ele estão comprometidos procuram dar uma versão no sentido de minimizar a repercussão do fato perante a opinião pública, como se fora uma manifestação de um pequeno grupo, adrede preparado para hostilizar o General Figueiredo e sua comitiva e que não representa o pensamento do povo. Como outros entendem, tenho para mim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que muito mais do que sabe o oficialismo e o próprio General Figueiredo, trata-se de uma manifestação que é o derradeiro dasabafo de um povo oprimido, angustiado e ultrajado, nesses 15 anos de autoritarismo. E não é só por isso, mas pelo menoscabo com que tem sido tratado ao longo desses anos os problemas de fome da família brasileira. Foi, na verdade, o arrojo, a bravura, seja de um pugilo de homens e mulheres, jovens estudantes ou não, mas pelo o que temos sentido aqui e ali, o povo das ruas está solidário, como aqui no Paraná e, se assim não fez, foi porque teve melhor controle emocional.

Agora, Senhor Presidente, o que eu não entendo é que homens que se dizem interessados pelos problemas do povo, ao invés de se acercarem do General Figueiredo para ajudar solucionar os problemas nacionais a ele se solidarizando, fiquem aí preocupados em prestar-lhe solidariedade no seu possível ressentimento pelo episódio.

E eu não creio que haja sinceridade em todos quantos estejam a enviar cartas e telegramas ao Senhor Figueiredo, senão que até nas entrelinhas já não estejam colocadas súplicas de benesses no que o regime que aí está foi pródigo nesses 15 anos.

Em episódios como esses, por que passaram os maiores vultos da história política do mundo, a meu ver, não deve passar do momento vivido. Todo o homem público está sujeito aos aplausos, mas também aos apupos e encará-los com seriedade, tomando como muito mais responsável e honesto o último do que o primeiro. E isso é o que dita até o bom senso, porque nesse Brasil está cheio dos que aplaudem para tirar proveito; e aqueles que, numa hora desta, agem como agiram, sejam quantos foram os catarinenses, tenho para mim, que são muito

mais dignos do respeito e da admiração dos seus concidadãos.

E podemos até proclamar a nossa certeza, de que foi uma manifestação responsável e séria, como um alerta ao senhor Figueiredo e aos que estão no poder; muito mais útil mesmo, do que todas as manifestações de apoio que possam receber de quantos sempre se mostraram dóceis e aduladores, porque estes em nada servem e deles sempre se deve desconfiar.

Sirva a lição, para ser repensado o problema do povo, com mais seriedade pelo Senhor Figueiredo, que sem consulta ao povo está na Presidência da República, gerindo os negócios da nação; e para que não cometa as "gafes" que se têm verificado, de menosprezo ao povo, porque dele não depende para estar onde está e se conscientize de que qualquer pretensão de populismo no seu caso, não passa de vaidade ou ingenuidade, que o faz presa fácil dos malandros que o cercam.

Queixa-se, o Senhor João Baptista Figueiredo, de ter sido ferido no seu brio. Podemos até concordar com a sua mágoa, pois é um ser humano que merece todo o nosso respeito, como outro qualquer. Eu entendo, no entanto, que não foi a sua pessoa, em particular que foi alvo de manifestações hostis, mas toda uma estrutura da qual ele é o centro, por cujos desacertos embalde tem sido os clamores populares que, ao contrário, são rechaçados com palavras de desdém, de pouco caso, até como aquela última do próprio General: "nada tenho com o povo, não lhe devo agradar, meu negócio é o País". Só nós sabemos o impacto que causou na opinião pública esse linguajar descomedido e impensado.

Agora, o que nós gostaríamos de saber, qual a reação do General Figueiredo, mostrando-se sensibilizado quando uma jovem repórter do nosso Estado, foi violentamente agredida por elemento da sua guarda pessoal? Acaso isso não se constitui numa ofensa ao povo do Paraná, em especial à nossa imprensa? Qual a satisfação que Sua Excelência deu sobre o episódio que a todos nós magoou profundamente, levando esta Casa a aprovar um voto de repúdio pela covarde agressão a uma jovem indefesa que estava no exercício de uma profissão?

São essas coisas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, todas que precisam ser colocadas na balança. E saber Sua Excelência que uma hora é da caça, a outra é do caçador. Quinze anos de agressão, homens, mulheres, jovens, estudantes, profissionais, uma nação inteira, humilhada, desrespeitada nos seus fundamentais direitos e até quantos que protestaram não ficaram mutilados e até pagaram com a própria vida, porque ousaram discordar, esses quando se lhes abre uma nesga de esperança de poder desabafar ainda são tidos como desordeiros, comunistas, subversores da ordem, inimigos da Pátria!

Será que é só o Senhor João Baptista Figueiredo que tem brio e tem dignidade e aqueles que são partes da estrutura desse regime é que não podem ser atingidos?

Dentro desse quadro do oficialismo e seus sequazes a dignidade e o respeito ao povo brasileiro parece que não tem qualquer importância; pode ser tripudiada como foi e está sendo. Por isso, agora, temos certeza de que não faltarão aqueles que comandam a força da maldita repressão neste País, para lá, em Santa Catarina, arranjar até inocentes e se justificar perante o General de que estão sendo solícitos e fazendo o seu desagravo pessoal.

Já nesta hora eu começo a pensar que o Poder deve fazer a sua auto-censura, recebendo como lição o fato, também se capacitando de que ninguém é tão forte que seja invencível; como ninguém é tão fraco que não possa vencer."

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, concordo com Vossa Excelência até um determinado instante de vosso pronunciamento.

Concordo que os que criticam com sinceridade fazem mais bem ao homem público do que aqueles que bajulam, tendo em

vista apenas interesses pessoais.

Concordo com Vossa Excelência.

Concordo que o homem público deve receber as críticas com serenidade, porque elas visam, acima de tudo, mostrar o estado de espírito da população descontente que está com os rumos, principalmente da política econômica do Governo.

Agora, o que não posso concordar com Vossa Excelência e quando Vossa Excelência, homem culto que é, conhecemos a atuação límpida, desassombrada de Vossa Excelência, neste Poder Legislativo, vir a concordar com desordeiros que a pretexto de lançar o seu protesto contra um estado de coisas que reconhecemos difíceis mesmo, chegem ao cúmulo de chamar o supremo mandatário da República de "filho da puta!"

Vossa Excelência não pode concordar com isso. O Presidente pode ser bom, pode ser ruim, mas ele é o Presidente da República, e todos os homens deste País devem respeitá-lo como tal.

Acho que o sentido do requerimento do nobre Deputado João Mansur não é a bajulação, elogio fácil, não é concordar com isso que está errado. Nós, homens da ARENA, temos consciência que os rumos da política econômica do Governo são desastrosos, os mais desastrosos possíveis. Há que haver uma mudança. Os homens deste País têm que unir, principalmente os homens da Situação, unir os seus protestos aos dos homens da Oposição, para mostrar ao governo os erros crassos, primários, que vêm sendo cometidos, na condução dos negócios econômicos do Governo.

Mas daí a apoiar as ofensas pessoais ao supremo mandatário de uma Nação, há uma distância muito grande. Sinto o requerimento o cerne do requerimento do nobre Deputado João Mansur, exatamente que, se lavre em Áta, um protesto não pelos acontecimentos em si, mas, pela maneira indigna como se portaram alguns jovens catarinenses que não têm condições, não respeitando o Sr. Presidente da República, não têm condições de respeitar nem os próprios pais, porque, jamais se chama um cidadão, de "filho da puta" como chamaram o Presidente da República, em praça pública. Aí o nosso protesto! Porque não podemos permitir que esta Nação se degrade a tal ponto, que a nossa juventude perca o respeito que deve ao Supremo Mandatário. Vamos combater os seus erros, porém, limpidamente como Vossa Excelência o está fazendo no discurso com que Vossa Excelência encaminha a votação do requerimento, mas jamais, descer a níveis impróprios, a impróprios que eu tive que repetir nesta Casa para que as galerias, para que os Srs. Deputados saibam que o teor do requerimento do Deputado João Mansur é, exatamente, protestar contra a linguagem imprópria usada numa manifestação de protesto. **O SR. LINEU TURRA** — Agradeço o aparte do Deputado Erondy Silvério, e respeito, naturalmente, o ponto de vista de Vossa Excelência.

Acredito, já disse e vou repetir, que, na minha opinião, tudo o que se disse e o que mais se possa dizer de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, o é, pelo homem da rua que não tem muitas vezes, condições de desabafar de outro modo e então o faz de maneira simplista. Veja Vossa Excelência, que, aqui nesta Casa estamos cansados de ouvir as mesmas palavras, ditas de um colega, para outro, coisas que eu também reprovoo. Na verdade, eu não diria, mas o homem da rua, vai dizer. E Sua Excelência o Sr. Presidente da República, é responsável por isto, porque veja bem Vossa Excelência, nobre Deputado Erondy Silvério, ainda há poucos dias um jornal publicou o fato, denunciou um ato — quando os trabalhadores no Brasil inteiro e aqui em Curitiba brigavam, saíam às ruas pacificamente a pedir melhores salários para atender as suas necessidades prementes e elementares, receberam cassetetes da polícia! O fato foi divulgado pelos jornais, apareceu num jornal, um trabalhador tendo a sua cabeça, rachada — Sua Excelência o Sr. Presidente da República, estava dançando e cantando

tango lá na Granja do Torto. Este fato, os jornais denunciaram! Eu acho que a responsabilidade é dele. Se um homem público não se dá o respeito, o que é que ele pode esperar? É o desrespeito. Respeito, o homem não tem.

O Sr. Erondy Silvério — Nós não concordamos com Vossa Excelência.

O SR. LINEU TURRA — Eu não iria dizer isto ao Sr. Presidente da República, nem a Vossa Excelência e nem a ninguém, o homem mais humilde eu seria capaz de tratar dessa maneira, não precisaria ser o Sr. Presidente da República, se eu precisasse tratar alguém dessa forma, sou capaz de tratar assim, o Sr. Presidente da República, se ele merecer de mim esse tratamento, mas, não serei capaz de tratar dessa forma, o homem mais humilde que seja, porque eu acho que as pessoas devem receber o tratamento que elas merecem e eu já disse que o Sr. Presidente da República está fazendo tudo para merecer esses tratamentos desrespeitosos. Aqui mesmo na FOLHA DE SÃO PAULO nós lemos, ontem, um artigo que diz que, “no povo não se mete a espora nem quando ele se empina”, e o Sr. Presidente da República que saiu da caserna para ser Presidente da República sem o respaldo do povo, está esporeando o povo.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Lineu Turra, inicialmente eu quero cumprimentar Vossa Excelência, pela maneira ponderada e abalizada com que Vossa Excelência se conduz desta tribuna ao abordar esta discussão do requerimento do Deputado João Mansur.

Mas, Deputado Lineu Turra, os episódios da Terra Santa como é chamada a terra de Santa Catarina, quando a eles é necessário que os fatos sejam analisados:

Os acontecimentos que lá se deram na última sexta-feira, é o reflexo de uma situação pela qual passa a Nação brasileira, é o reflexo do sufoco da Nação brasileira que ocasionou o desaguamento lá em Santa Catarina, porque os homens que comandam esta Nação perderam a confiabilidade do povo, perderam, e os jornais estão aí a noticiar todos os dias, todas as semanas, sobre Ministros que uma hora dizem uma coisa, outra hora dizem outra completamente diferente; ontem, ainda ontem, ao lermos as notícias dos jornais, dizia o ilustre Ministro do Planejamento, Sr. Delfim Neto, de que, não importa quanto será o índice de inflação, se vai ser 75, 80, 85 ou 90, ou 100%; para ele não interessa o índice como também não interessa o sofrimento do povo brasileiro; e ontem dizia também o Ministro da Fazenda Karlos Richbieter, que já não tem confiança do povo, porque não correspondeu à expectativa na condução das finanças desta Nação.

Dizia ele de que o índice da inflação brasileira, neste ano não preocupa, porque ele apenas pulou de 45% do ano de 1978 para mais de 80 neste ano, onde dará um acréscimo de apenas de 75% da inflação oficial divulgada pelos órgãos governamentais, mas dizia ele, num tom irônico de que o que realmente preocupa é a inflação da Suíça que teve um aumento neste ano de 400%.

Vejam que absurdo, Deputado Lineu Turra, que a inflação da Suíça que no ano de 1978 foi de 1%, neste ano é de 4%. Será de 4% e ele fez referência no seu pronunciamento de que esta inflação sim é que é preocupante, porque aumentou 400%.

Ora, estes homens brincam com a Nação brasileira, brincam com o povo brasileiro, e os acontecimentos da “terra santa”, como já disse é o reflexo do sufoco da Nação brasileira.

Mas, tem mais, Deputado Lineu Turra. Ao examinarmos ontem o jornal “O Estado do Paraná”, dizia ele, numa nota, de que a Empresa Brasileira de Correios gastou a bagatela de 152 milhões de cruzeiros, segundo afirmações do Sr. Advaldo Cardoso de Barros, gastou esta importância no 18.º Congresso da União Postal Universal.

Veja eminente Deputado Lineu Turra, numa época difí-

cil porque atravessa a Nação, gasta-se em mordomias, em viagens e em sei lá o quê, 152 milhões de cruzeiros. Sabe lá o que é isso, Deputado Lineu Turra, 152 milhões de cruzeiros, dá para pagar, durante 30 dias o salários de 52 mil e 200 trabalhadores, pagando Cr\$ 2.800,00 por mês e dizia ele também de que era necessário distribuir brindes, algo que vendesse a imagem do País. Ora, isso é brincar com o dinheiro do povo, Deputado Lineu Turra. Vender que a imagem de um País subdesenvolvido, onde o povo está esmagado por uma política salarial desumana e cruel, onde está o trabalhador a mendigar por essas estradas da vida, melhores salários, melhor alimentação, melhor saúde e melhor educação, porque o povo brasileiro é massacrado por este governo ditatorial que impera nesta Nação nestes longos quinze escuros anos.

Portanto, tem-se que examinar com cuidado a votação deste requerimento, porque este requerimento do Deputado João Mansur, sem dúvida alguma tem um cunho político muito grande.

Eu queria aqui, Deputado Lineu Turra, dizer de que votarei contrariamente ao requerimento, não que eu seja favorável à agressão física, à agressão com palavras, porque isto é apenas a arma de quem não tem diálogo, mas se tem que examinar com profundidade o que realmente aconteceu lá em Santa Catarina.

Houve fatos que culminaram para que aquilo se desse e como já disse, votarei pelo cunho político que se quer dar a este requerimento, votarei contrariamente.

Muito obrigado.

O SR. LINEU TURRA — Eu é que agradeço o aparte e a intervenção brilhante de Vossa Excelência, Deputado Darcy Deitos e antes de conceder o outro aparte, queria dizer também que eu acredito até que não houve, de parte daqueles que se dirigiam com palavras, vamos dizer, que foram sentidas até como ofensa pelo Presidente da República, não houve um ânimo de ofender realmente.

O que houve sim, foi um desabafo, um desabafo muito melhor até e preferível do que se tivesse uma agressão física, até chegando ao ponto de ser morto o Presidente da República, como foi John Kennedy e outros estadistas do mundo. Isto, para nós, seria um maior transtorno. Preferível até que estes fatos se desenrolassem apenas neste nível, porque é muito preferível um desabafo verbal do que uma agressão física. Nas agressões verbais até os nossos tribunais estão absolvendo os infratores.

Não vejo também Sua Excelência, como homem público, e que se diz humano, esclarecido, agora ainda esteja a colocar policiais atrás de estudantes, jovens que agiram talvez até impensadamente, num momento de emoção. Não se sabe até se provocações não houve, porque muitas vezes aqueles que promovem uma manifestação são provocados para que haja, da parte dele, uma agressão. Nós sabemos, inclusive, que existem aqueles que estimulam uma defesa, provocam uma agressão para simular uma legítima defesa.

Mas a lei deve ser maliciosa e nós também devemos ser. Quantos que não provocam uma agressão e preparam uma emboscada para aquele que sequer tinha intenção de agredir? Quantos fatos destes não existem aí pelos nossos tribunais e a Justiça tem apreciado constantemente e acredito até que tenha sido este um dos casos, provocações, agentes provocadores do próprio meio do Presidente da República, para provocar no povo uma reação desta natureza?

Digo mais o seguinte, que a mágoa, o desespero do povo é tão grande, está retratada, está reproduzida na carta que foi encaminhada, entregue aos jornais. Está aqui, diz a carta ao povo: “Em Florianópolis apesar do General João achar que seu problema não é o povo e sim a Nação, ele se esquece de que a cada aumento da gasolina, afeta diretamente o trabalhador, que depende do transporte como meio de vida.”

Com isto torna-se claro que os problemas do povo são

diferentes dos problemas do General. Ele viaja de avião a jato e passeia de Gálexie, às custas do povo, e nunca vai se preocupar com os preços da gasolina. Igualmente se está habituado a receber banquetes de seis mil talheres, três mil kg de carne, seis mil litros de chopp, também às custas do povo, pouco está se importando com os preços de um prato de comida.

O povo não se engana mais. Exige melhores condições de vida.

Quer dizer, foi o último desabafo de um povo que está se sentindo oprimido e humilhado por uma situação que se impôs a este País justamente em benefício de uma minoria que governa.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Só para acrescentar e dizer que realmente foi uma forma de desabafo. A terminologia que o povo usou o Sr. pode dizer que foi escolhido pelo próprio Presidente da República. Porque ele que faz questão de usar uma terminologia popular, fala em “meter na cadeia”, chama o gaúcho de “gigolô de vaca”, de “dar tiro no coco”, que o trabalhador está de “saco cheio”. Todas estas declarações que faz, mostra a predestinação dele ou, pelo menos, a vontade dele de falar uma linguagem do povo. E acho que é muito justo que ele também ouça um desabafo numa linguagem também de povo.

Aliás há de se dizer também que o termo “filho da puta” muitas vezes está descaracterizado em sua terminologia porque antigamente se falava em hipócrita e talvez no mesmo sentido.

Obrigado.

O SR. LINEU TURRA — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência...

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LINEU TURRA — Concederei, com muito prazer, Deputado.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, gostaria de dizer a Vossa Excelência que nunca me convenci de que lá em Santa Catarina, apenas um grupelho ou grupúsculo, como foram denominados aqueles jovens, estavam se manifestando. Mas acredito que toda a Nação brasileira, naquele momento, estava dizendo aquilo que realmente ela pensa.

Vejam bem: a manifestação que se realizou lá em Florianópolis, no dia de ontem, já teve, segundo a imprensa, uma presença de oito mil pessoas; portanto acredito que aquela manifestação não estava restrita simplesmente a um grupo de jovens que de maneira popular bastante autêntica, estava se manifestando em relação à Presidência da República. Mas nós temos que dizer aqui que a Majestade do cargo, da Presidência da República, também não está sendo respeitada, por esse atual ocupante da Presidência da República. Ele não tem tido o mínimo respeito para o cargo para o qual foi designado pela vontade única, pelo ex-ditador Geisel. Antigamente nos regimes sérios, os ocupantes da Presidência da República, se comportavam como magistrados, fazendo com que os conflitos existentes dentro da sociedade civil, fossem dirimidos, pelos Juízes, pelo Presidente da República. Mas, nessas últimas décadas, nós temos visto o seguinte: que os ocupantes dos cargos maiores, simplesmente abandonam a imparcialidade e vêm se colocar de corpo e alma ao lado daqueles que estão explorando o povo. E eu fico com a seguinte imagem, em relação a esse Presidente da República. Se ele fosse um juiz de futebol, ao ouvir qualquer referência menos elogiosas, se o João Figueiredo fosse juiz de futebol, ele pularia o alambrado e iria brigar com a assistência. Se o João Figueiredo amanhã sair à rua, e for mordido por um cachorro, ele vai sair correndo atrás do cachorro e vai morder a perna do cachorro; é o machão da América Latina; esta Pátria brasileira

está de maneira assim, vamos dizer, realizada por dois fatos que aconteceram aqui. O machismo brasileiro, o machismo sul-americano está realizado, pela libertação do criminoso Doca Street e agora pela posição do homem que ainda ontem, segundo a imprensa, estava dizendo o seguinte, para um companheiro de partido que o foi cumprimentar na despedida dos trabalhos do Congresso. Ele falando: -- Olha, dei braçadas em todo mundo só que acertei só o meu pessoal, inclusive um Almirante.

Então exigem do supremo mandatário deste País, (risos) o quê? Ele está brincando, ele prende, ele arrebenta: — “A democracia que eu quero”, “aquilo que eu desejo”, “o meu Partido”, “A República dos meus sonhos”.

Ele nunca usa o plural para nada.

É ele, é o novo Rei Sol que está a brilhar não só aqui na América Latina, mas, em todo mundo. Um homem que mantém na Presidência da PETROBRÁS — e nós já falamos aqui muitas vezes, um indivíduo, aquele homem que traz o sorriso da hiena. Todo mundo sabe a história da hiena, do Sr. Shigeaki Ueki. De que ri este Ministro? É a hiena.

E eu me felicito por ter ouvido expressões nesta Casa, que deixou o falso pudor de lado, e ninguém pediu para que se expungisse as palavras que foram aqui pronunciadas. Eu acho que é um fato positivo. Vamos tirar este verniz burguês, fingido, que tem andado à solta por aí.

O Sr. Shigeaki Ueki ri demais, como a hiena, que só tem uma relação sexual por ano e come “merda”, e está rindo!

Então, eu acho que, nesta tarde, realmente, nós avançamos, porque está-se deixando de lado esse falso puritanismo. Porque todos nós usamos palavras e mais palavras nos nossos grupos e depois nos colocamos dentro de uma carapaça mentirosa.

Esse Ueki, ainda ontem dizia no Congresso Nacional, o seguinte: — veja bem a matemática dele — : “Nós precisamos exportar gasolina, porque a cada barril de gasolina que exportamos, nós fazemos dinheiro para importar dois de petróleo”. Então, está muito fácil, está resolvido o problema deste País!

Quantos milhões de barris precisamos? Precisamos de um milhão de barris de petróleo? Então vamos exportar 500 mil barris de gasolina, que não vamos gastar nenhum centavo, não vamos gastar nenhum dólar. É simples: se nós exportamos um barril de gasolina e com esse dinheiro vamos comprar dois barris de petróleo, vamos achar colocação para um determinado número de barris de gasolina, que vai ser o dobro daquele que nós precisamos, conseguida, assim, então, uma solução através do “hienoso” Presidente da PETROBRÁS.

Agora, eu continuo a dizer o seguinte: tem gente neste País que tem a responsabilidade histórica de fazer com que, as coisas não descambem para aquilo que ninguém nesta Nação está desejando. Mas, eles continuam brincando. Brincam de sair de Brasília e ir na Bahia perder relógio.

Eu não sei, devem ter perdido a ferradura lá em Florianópolis, e amanhã alguém vai para Brasília para entregar a ferradura: “O Sr. perdeu Sr. João Figueiredo, está aqui”. Combina com o motorista de táxi, com a imprensa — com a imprensa não, com esse famigerado SECOM, e brinca de perder avião. Aí já tem um motorista de táxi que o apanha e leva para assistir um jogo de futebol. Brinca de sair de Brasília para assistir jogo.

Olha, vamos chamá-lo aqui para assistir um jogo do “Arranca Toco Futebol Clube”, com o time aí dos “Anciões” de qualquer cidade.

Parece que este homem não tem nada mais que fazer nesta Nação.

Agora, o que eu continuo achando é o seguinte: ainda ontem, antes de ontem, e estes dias passados, vimos iranianos dentro dos Estados Unidos, na frente da Casa Branca, fazendo manifestação pública contra o Presidente dos Estados Unidos, e garantidos pelas forças que dão essa grande segurança aos

Estados Unidos, porque realmente lá existe democracia.

E, aqui, os adeptos da extrema-direita, como o Sr. Erasmo Dias que já está ameaçando nos jornais de ontem e de hoje, que a UNE vai pagar caro se os estudantes fizerem manifestações em São Paulo. Quer dizer, olhem a diferença, Srs. Deputados. Nos Estados Unidos, iranianos que estão mantendo como reféns americanos, estão lá dentro da grande Nação americana, a protestar contra o seu Presidente, estão garantidos. Aqui já se ameaça, com prisões, e as prisões já foram feitas. Meninos de 18 e 19 anos, que saem para a rua, depois de ouvir o pai e a mãe dizerem que não têm condições mais, de comer, de comprar alimento, que não têm condições de manter os seus estudos.

E a hora que nós vemos a riqueza deste País sendo carregada para fora, nós não podemos esperar outra coisa.

Acredito que a preservação do cargo é muito importante. Eu não me melindro com ofensas a minha pessoa, muitas vezes. Mas o cargo que ocupo, eu preservo. O Senhor Presidente da República, no meu entendimento, não está preservando o cargo que deveria preservar, no mais alto sentido.

E quero já, de antemão, dizer que votarei contra esse requerimento, porque, no meu entendimento, ele vai dar a impressão que todo o Estado do Paraná, através de seus representantes, está solidário com aquilo que, na realidade, não está.

Obrigado.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço o brilhante aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

O Sr. João Mansur — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, inicialmente, queria fazer um reparo ao encaminhamento de votação que Vossa Excelência faz do requerimento de nossa autoria, porquanto o requerimento não é de aplauso a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, e sim de repúdio às manifestações que houveram contra o Chefe da Nação, o Presidente do Brasil.

E Vossa Excelência que acompanha o episódio através da imprensa, deve ter lido o editorial de anteontem, do "O Estado de São Paulo", o maior jornal do Brasil, de maior circulação da América do Sul, jornal independente e que não tem, através destes anos, poupado críticas ao atual sistema de governo de nosso País. No entanto, aquele editorial dá a versão exata dos acontecimentos ocorridos em Santa Catarina. E desaprova, nobre Deputado, a maneira com que certos elementos investiram, de modo deplorável, contra a figura do Chefe da Nação.

Nobre Deputado, Vossa Excelência esquece que, há poucos dias, esta Casa votou, por unanimidade, um requerimento de repúdio, de autoria de um Deputado da Oposição, requerimento de repúdio à Segurança do Presidente da República, quando investiu contra uma jornalista, em nosso Estado.

Então, veja Vossa Excelência que a nossa bancada tem sido coerente, não concorda com esses episódios. E queremos alertar o Paraná e o Brasil, e lamento que Vossa Excelência esteja, nesta hora, procurando incentivar elementos que não representam...

O SR. LINEU TURRA — Vossa Excelência não use a expressão "incentivar", porque eu estou colocando-me, aqui, numa posição de Deputado, e dando a minha versão, e o meu posicionamento não está mandando ninguém agredir ninguém!

O Sr. João Mansur — Mas Vossa Excelência está apoiando o grupo, em última análise, o grupo que investiu contra o Chefe da Nação!

O SR. LINEU TURRA — Não estou apoiando, em absoluto! Eu estou discorrendo sobre um fato. Não estou apoiando ninguém!

O Sr. João Mansur — Quero dizer a Vossa Excelência e a esta Casa, que, é um precedente muito perigoso, porque, amanhã, os nossos Prefeitos, os nossos Vereadores, os nossos Governadores poderão correr o risco de também serem agredidos, nas

suas caminhadas pelo interior. Eu estou, apenas, protestando contra um grupo de pessoas, que investiram contra o Chefe da Nação, de u'a maneira deplorável com a qual nós não concordamos, absolutamente! E hoje quero dizer a Vossa Excelência, que, o movimento que está se realizando em Santa Catarina, no mesmo Estado onde aconteceram esses incidentes deploráveis, eu concordo com esse movimento porque é um movimento onde estão reunidas mais de 8.000 pessoas num movimento pacífico, pedindo a soltura daqueles estudantes que foram presos. Veja Vossa Excelência a forma com que colocamos o nosso requerimento e o nosso pensamento. Nós não concordamos, nobre Deputado, é que, um grupo, ou pessoas, possam querer incitar o povo contra as autoridades constituídas, e, aí do povo que perder o respeito às suas autoridades constituídas, aí sim, nós voltaremos à era medieval e tudo estará perdido!

Quero agradecer este aparte, e dizer a Vossa Excelência que eu não concordo com as colocações que Vossa Excelência vem fazendo aqui.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço o aparte do ilustre Deputado, e eu acredito que é um direito de Vossa Excelência e até defendendo esse direito de Vossa Excelência de não concordar comigo — porque eu também não concordo com Vossa Excelência, não é? Então, nós estamos no mesmo nível, ou, em linhas opostas.

Mas, nobre Deputado, haveria Vossa Excelência, em princípio, de indagar qual o móvel, se Vossa Excelência acha que o Presidente da República foi agredido, eu, a princípio não conheço o fato porque não o presenciei, nem posso dizer se ele realmente foi agredido, ou se não foi agredido, se ele provocou essa agressão, ou se alguém da sua comitiva a provocou, eu não discuto o mérito, eu discuto, a posição do Sr. Presidente da República, como brasileiro e que quero o bem-estar deste País, a tranqüilidade do povo. Nós não queremos que a casa incendeie, nós temos o dever até, de criticar as autoridades constituídas para que se conduzam de acordo com os princípios e normas de direito, com as boas normas da conduta. É isto que é preciso e nós Deputados estamos aqui, para isto, não para criticar o povo. Eu não vim aqui para criticar o povo, os erros do povo, o que fizeram ou façam de errado, eu vim aqui, estamos aqui, Sr. Deputado, para fiscalizar os atos do Governo, os atos da Administração. Vossa Excelência tanto quanto eu que sou da Oposição, tem o dever, não de defender o Governo, porque quando Vossa Excelência foi pedir votos ao povo, como eu fui, nos propusemos a vir aqui defender o povo e não defender o Governo; ajudar, sim, o Governo e nós o temos ajudado dando o nosso voto aqui nesta Casa, aprovando projetos do Governo e até muitas vezes, manifestando-nos a favor do Governo. Então é este o nosso posicionamento. Eu não estou aqui para criticar o povo, o povo fez o que achou que deveria fazer, eu estou, é contra o posicionamento de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, à maneira como ele se conduziu. Foi ele, na minha opinião, quem causou todo esse desacerto pelo qual a imprensa hoje e o País estão traumatizados.

O Sr. João Mansur — Gostaria apenas de dizer, que nós estamos aqui realmente para defender o povo, mas povo ordeiro e trabalhador, não bagunceiros que queiram levar a Nação...

O SR. LINEU TURRA — Mas isto Vossa Excelência pensa, é uma apreciação subjetiva de Vossa Excelência, o mesmo eu posso dizer de qualquer cidadão, como Vossa Excelência está dizendo daqueles, eles podem dizer, de Vossa Excelência. É uma apreciação subjetiva. Porque dizer que todo mundo é bagunceiro, é baderneiro, é vagabundo, é desonesto, é ladrão, é muito fácil, é só querer, se eu quiser, eu digo, por isto existem até as figuras de repressão, no Código Penal, o sujeito pode até matar, quando ele quer matar; ele vai ser punido, mas ele mata, e daí? Eu posso ofender a dignidade de alguém, e daí?

O Sr. João Mansur — Vossa Excelência confessa que aprova a...

O SR. LINEU TURRA — Eu não aprovo, eu digo que pode, que o cidadão faz aquilo que ele quer, ele deve, sim, responder pelos seus atos. Eu não faço, Deputado, e não aconselho que ninguém faça. Eu não sou capaz de ofender, quer dizer, posso ofender num momento de exaltação para repelir a uma ofensa, é claro, uma ofensa física, uma ofensa moral, é um direito meu, é um direito de defesa, é um direito elementar, sagrado e fundamental. Defender a própria vida. Se o Sr. Presidente da República tivesse sido agredido com todo o aparato que ele tinha lá, ele podia matar os seus agressores e daí? Ele estava no seu legítimo direito de se defender e ele tinha todas as condições de se defender do povo, desarmado, que, apenas na sua exaltação emocional disse palavras que, a meu ver até nem deveriam ser ditas, concordo que não deveriam ser ditas, mas não havia outra maneira. Eles disseram, quer dizer, não havia outra maneira de eles protestarem de uma forma capaz de sensibilizar o Governo a atender as justas reivindicações do povo.

É esse o meu pensamento. Não acho que ninguém deva agredir, não só o Presidente da República. Acho que não se deve agredir o mais humilde cidadão, o mais humilde ser humano. Não é só o Presidente da República que merece respeito. Todo homem merece respeito e é essa a minha opinião, Sr. Deputado.

Concedo o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Deputado Lineu Turra, realmente vivemos num processo histórico e a figueira é velha e dura de queda. Agora, cada um com o seu machado, que um dia ela tomba. O povo reivindicou tanto, de forma ordeira e pacífica, e nunca encontrou eco. Então é normal essa reação popular. Você implora, você pede, você exige, não é atendido e você parte para o pau e para o grito. É uma reação natural do ser humano.

Agora, ser popular é bem diferente disso que estão tentando fazer por aí. O Presidente poderia ser super popular adotando medidas populares.

Agora vamos analisar fria e puramente a questão, com isenção de ânimos. Como é que o nosso Presidente pode se aproximar do povo, dialogar com o povo, quando tudo sobe no País? A inflação lá nas nuvens, a falta de alimentação, deve parecer vulgar e até imbecil bater nesta mesma tecla, mas falta alimentação para o povo, falta emprego.

Então essa tal de "SECOM" aí, seu Said Farah que vive agarrado no pijama do Presidente, para não dizer que foi agarrado em outra coisa, ilude, engana o Presidente, informa errado. O Presidente deve estar enganado lá dentro do Palácio.

Agora, fica uma sugestão ao Presidente da República: se ele quer ser carregado nos braços do povo, ovacionado, é muito simples gente, e apenas algumas medidas que ele teria que tomar.

Primeiro, bilhete azul para todos esses Ministros corruptos que estão por aí. Delfim, Shigeaki, Andreazza, esse povo todo, os Golbery da vida, tudo. Dispensa, manda embora. Preservar a Amazônia, preservar as nossas riquezas, cortar os lucros fantásticos das empresas multinacionais. Ensino gratuito, assistência médica gratuita, superprodução de alimentos a preços baixos, salários dignos, casa para o trabalhador, modificar a CLT, proibir que bancos e que entidades oficiais construam prédios suntuosos, acabar com todo tipo de mordomia.

Aí sim, o Figueiredo poderia sair sem nenhum "segurança" do lado. Poderia sair de camisa esporte, calça "jeans", sandália, gorrinho na cabeça, mão no bolso, assobiando na rua, tomar cervejinha em qualquer bar da vila e assistir futebol lá no meio da galera. Só teria uma chateação que tem que dar autógrafa. Só. Então é simples.

Agora, tentar ser popular desta forma, ele próprio deve saber que não dá, gente, não há possibilidade. Máquina de publicidade nenhuma do mundo conseguiria popularizar um homem dentro deste contexto social que está neste País.

É uma idiotice, falta até de inteligência dos homens de Said Farah, da Comunicação. Criem medidas populares e nem

se precisa fazer campanha para popularizar o Presidente. No mesmo nível, na mesma intensidade, se criar realmente condições populares para o povo, medidas populares para o povo, e o Presidente estaria inserido. É simples, só tomar algumas medidas, vêm de cabeça agora, tem milhares e milhares, aí sim ele seria popular, não precisaria sair com ninguém armado do lado, não iria ter problema nenhum.

Muito obrigado.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço ao nobre Deputado Fiori Luiz, foi um prazer ter a intervenção de Vossa Excelência e queria dizer que teria muito mais satisfação em vir aqui votar, dar um voto de aplauso por um ato digno, alguma coisa de nobre, de dignificante para esta Pátria que pudesse fazer Sua Excelência, o Presidente da República, apesar de ele não ser do meu Partido. Nós não estamos, neste País, procurando fazer com que o nosso Partido seja o melhor, seja Governo amanhã, não estamos interessados nisto: queremos o bem desta Pátria.

Seria muita satisfação poder votar alguma coisa, alguma proposição que fosse de elogio por atos merecidos do Sr. Presidente da República, a votar uma proposição desta natureza.

Queria dizer mais, para dizer aquilo que está dito na "Folha de São Paulo", que muitos os poucos que disseram, os poucos que disseram, o que disseram ao Sr. Presidente da República, pela frente, diz que é uma opinião do repórter, a metade do Brasil, temos certeza, que está dizendo pelas costas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Continua em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Procuramos, para melhor encaminhar a nossa posição neste requerimento, fazer algumas ponderações e até, repetindo, algumas colocações.

"Povo ofendido, ofendeu"?

Sr. Presidente, o povo se encontra à beira de uma explosão em consequência da fome e das dificuldades econômicas e sociais do País. "Mais grave que o desespero dos famintos, é a inconsciência dos fatos". Disse o Senador Evilásio Vieira, do Estado de Santa Catarina.

Por sua vez, o Ministro da Fazenda, Karlós Rischbieter, sentenciou: "Haverá explosões sociais de descontentamento no País, mas o brasileiro é o povo que absorveu todas as crises e absorverá esta também".

"A verdade é que a insatisfação não é de alguns, mas de todo o povo brasileiro que está em situação de desespero". Diz Franco Montoro, Senador de São Paulo.

Já o Ministro do Planejamento, Delfim Neto, colocou a sua opinião: "Não estou preocupado com o índice de inflação. Pode ser oitenta, de setenta ou sessenta e cinco".

O Deputado Federal gaúcho, Alceu Collares, disse: "O Presidente Figueiredo é imprevisível e freqüentemente dimensiona mau as situações".

Magalhães Pinto, Deputado Federal de Minas Gerais, da ARENA, concluiu: "O povo está irritado e angustiado".

Herbert Levi, Deputado Federal de São Paulo, também da ARENA, arrematou: "O General Figueiredo não é político e está constantemente envolvido pelas eminências pardas; o General Figueiredo precisa deixar de ser o garoto propaganda do Governo..."

O SR. JOÃO MANSUR (Pela ordem). — Sr. Presidente, com o respeito que merece o orador que ocupa a tribuna, eu solicito de Vossa Excelência a chamada nominal, me parece que não há "quorum" para funcionamento desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Deferido o requerimento de Vossa Excelência. O Sr. Primeiro Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Responderam a chamada nominal 14 Srs. Deputados.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Solicito, antes de encerrarmos, ao Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura da Sinopse dos trabalhos relativos ao período ordinário da Primeira Sessão Legislativa da Nona Legislatura.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem). Sr. Presidente, indagando à Mesa se o período legislativo encerra-se com a sessão de hoje, ou, se não me falha a memória, dia 5 de dezembro é a data que deve encerrar-se.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Tenho a informar ao nobre Deputado, o art. 117: (Lê)

O SR. NILSO SGUAREZI — Parece-me, porém, que o prazo para discussão, a data para discussão, será amanhã, na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Peço ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a leitura da Sinopse, e o ilustre Líder vai me perdoar, mas está claro que é dia 5 o encerramento do período legislativo, e hoje é dia 5 de dezembro.

(É procedida a leitura da Sinopse). — (A Sinopse acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Antes de suspender a sessão, quero, com prazer, fazer a leitura, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, do art. 15, da Constituição Estadual: (Lê) "Art. 15 — A Assembléia Legislativa reunir-se-á anualmente, na Capital do Estado, de 1.º de março a 30 de junho e de 1.º de agosto a 5 de dezembro."

A Sessão suspende a sessão por alguns instantes a fim de que seja lavrada a presente Ata.

(É suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Está reaberta a sessão.

O Sr. Primeiro Secretário procederá à leitura da ata da presente sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Em discussão a ata que acaba de ser lida. — Aprovada.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem). Sr. Presidente, requero que conste da ata desta sessão, que ela pode ser aprovada com qualquer número. Este fato é para mim importante, porque dos Srs. Deputados presentes, da bancada da ARENA, apenas se encontravam os Srs. Deputados: João Mansur, Fuad Nacli e Werner Wanderer.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Deferido.

Declaro encerrado o presente Período Ordinário da Primeira Sessão Legislativa da Nona Legislatura, convocando os Srs. Deputados para se reunirem amanhã, dia 06, à hora regimental, para a instalação do período extraordinário de sessões, convocado pelo Sr. Governador do Estado, de conformidade com a Mensagem n.º 180/79.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Deni Schwartz, no dia 05 de dezembro de 1979.

"Inimigo de si próprio"

A crise por que a nação atravessa agora é de natureza essencialmente política. Os demais e gravíssimos problemas com que se defronta o povo — o social, o econômico, o educacional, e até o cultural — vêm a reboque do político.

A verdadeira revolução que, de cabo-a-rabo, urge que se faça em nossas instituições, terá que começar pela área política, com a montagem de um modelo político nacional que traduza, verdadeiramente, as aspirações democráticas da nossa gente. Meias reformas não irão dar em nada, na medida em que se o povo paga à vista, não pode receber a democracia a prazo.

A chamada reforma partidária, pois, só será válida, e só consultará os interesses da nação, se passar pela peneira de um Congresso Nacional revitalizado, com plena autonomia para decidir. Sim, esse é o dado fundamental: antes de reforma par-

tidária, antes de se pensar em adiamento de eleições, ou em outras medidas casuísticas, é preciso pensar no fortalecimento do Poder Legislativo.

E por que fortalecer o Poder Legislativo?

A razão é simples: o Poder Legislativo é o único (por enquanto) escolhido pela mão direta do povo. E nem se insista nessa balela de que "a eleição indireta é tão democrática quanto a outra", porque quem viu e pôde assistir de perto o que ocorreu nos bastidores do restrito círculo do poder não irá engolir essa.

A primeira medida, pois, para que o país se reencontre consigo mesmo, e possa contemplar um horizonte menos sombrio, no futuro que aí vem, é o restabelecimento, a curto prazo, do poder de decisão, hoje reduzido a quase nada, do impropriamente chamado "Poder Legislativo" no Brasil.

Ora, seria de se esperar — o que é até uma questão de lógica — que os próprios membros de um Poder tão esvaziado, em nível federal, carregassem essa bandeira. E há poucas semanas tiveram essa excelente oportunidade, quando da discussão de uma emenda do Deputado Eptácio Cafeteira, do Maranhão que iria restaurar a tão necessária independência ao Congresso. É claro que uma segunda medida teria que vir: a reformulação do nosso sistema eleitoral e partidário.

Contudo, o Congresso Nacional acabou rejeitando a referida emenda por uma diferença contrária de três votos. Esperava-se uma atitude mais digna, senão de todos os congressistas que votaram contra, já que existem os acumpliciadores com o poder, pelo menos de parlamentares da oposição brasileira.

Mais uma vez o parlamento brasileiro virou as costas à própria dignidade humilhando não só a si mesmo mas a totalidade dos brasileiros. Até quando? (Plana).

Sinopse:

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9ª LEGISLATURA SINOPSE

Dos trabalhos legislativos e administrativos do Período Ordinário, compreendido entre 1.º de agosto a 5 de dezembro de 1979.

PRESIDENTE Dep. FABIANO BRAGA CÔRTEZ
1.º SECRETÁRIO. Dep. BASÍLIO ZANUSSO
2.º SECRETÁRIO Dep. DOMÍCIO SCARAMELLA

Sessão de Instalação	001
Sessões Solenes	002
Sessão Extraordinária	001
Sessões Ordinárias	079
Projetos de Lei apresentados	086
Projetos de Lei aprovados	086
Projetos de Lei sancionados pelo Senhor Governador	067
Projetos de Lei rejeitados pelo Plenário	007
Projetos de Resolução apresentados	005
Projetos de Resolução aprovados	074
Requerimentos dos Senhores Deputados	700
Votos de Louvor, Regozijo e Congratulações	112
Votos de Pesar	136
Mensagens do Senhor Governador	102
Ofícios do Senhor Governador	067
Ofícios das Câmaras Municipais	025
Ofícios das Prefeituras Municipais	004
Ofícios diversos	021
Indicações	011
Telegramas	003
Emendas	010
Portarias baixadas pelo Senhor Diretor Geral	329
Decretos Legislativos	100
Resoluções promulgadas pelo Senhor Presidente	077

Curitiba, 05 de dezembro de 1979.

— Encaminhe-se ao Departamento Legislativo.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1979

ATIVO			
DISPONÍVEL			
TESOURARIA		7.930.521,37	7.930.521,37
EXECUÇÃO DA DESPESA			
VENC. E VANTAGENS FIXAS		90.054.422,58	
DESP. VARIÁVEIS C/P/CIVIL		55.351.951,25	
CONTRIBUIÇÕES DE PREV. SOCIAL		2.035.153,51	
OUTRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS		108.258,36	
MATERIAL DE CONSUMO		3.821.650,04	
SERV. DE TERCEIROS E ENCARGOS		46.853.577,16	
DESP. DO EXERC. ANTERIORES		53.025,84	
SUBVENÇÕES SOC. A INST. PRIVADAS		13.983.410,43	
INATIVOS		26.883.601,04	
PENSIONISTAS		5.673.227,28	
SALÁRIO FAMÍLIA		1.183.879,50	
APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		765.600,00	
ASSIST. MÉDICO-HOSPITALAR		2.500.000,00	
OUTRAS TRANSF. A PESSOAS		89.438,33	
OBRAS E INSTALAÇÕES		10.200.000,00	
EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE		1.461.894,02	261.019.089,34
CONTAS PENDENTES			
DESPESAS DIFERIDAS			
SOMA = ATIVO			268.949.610,71
PASSIVO			
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS			
PESSOAL			
VENC. E VANTAGENS FIXAS	90.055.000,00		
DESP. VARIÁVEIS C/P/CIVIL	55.340.000,00		
CONTRIBUIÇÕES DE PREV. SOCIAL	2.065.000,00		
OUTRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	130.000,00		
OUTRAS TRANSF. A PESSOAS	265.000,00		
INATIVOS	26.885.000,00		
PENSIONISTAS	5.676.000,00		
SALÁRIO FAMÍLIA	1.099.000,00	181.515.000,00	
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO			
MATERIAL DE CONSUMO	3.500.000,00		
SERV. DE TERCEIROS E ENCARGOS	40.130.900,00		
DESP. DO EXERC. ANTERIORES	55.000,00		
SUBVENÇÕES SOCIAIS	13.983.500,00		
APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	765.600,00		
ASSIST. MÉDICO-HOSPITALAR	2.500.000,00	60.935.000,00	
CAPITAL			
OBRAS E INSTALAÇÕES	9.000.000,00		
EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	1.500.000,00	10.500.000,00	252.950.000,00
CREDORES			
DESPESAS EMPENHADAS	2.577.222,47		
DESPESAS PROCESSADAS	11.414.861,26		
FOLHA DE PAGAMENTO	- o -		
CONSIGNAÇÕES	1.189.134,46	15.181.218,19	
RESTOS A PAGAR			
EMPENHADOS	693.191,40		
PROCESSADOS -- CREDORES	- o -		
PROCESSADAS -- FOLHA DE PAG.	1.308,47		
CRED. EM CONSIGNAÇÕES	- o -	694.499,87	
CONTAS PENDENTES			
OUTRAS CONTAS PENDENTES	123.892,65	123.892,65	15.999.610,71
SOMA = PASSIVO			268.949.610,71

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", EM 05 DE DEZEMBRO DE 1979.

aa) GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
CONTADOR GERAL

SEBASTIÃO DE. L. CARDOSO
CHEFE DIV. CONTAB.

DIRCEU G. CORDEIRO
CHEFE SEC. CONTAB.